

Companhia Energética Sinop S.A.

Demonstrações Financeiras
Referente ao Exercício Findo em 31 de
dezembro de 2025 e Relatório do Auditor
Independente

Índice

Relatório da Administração

Introdução	4
Destaques do exercício	4
Sobre a Sinop Energia	5
Estrutura societária	5
Composição da administração	6
Informações operacionais	7
Destinação da energia gerada	7
Valores mobiliários da Companhia	7
Ações socioambientais	7
Indicadores econômico-financeiros	7
Custos operacionais	8
Despesas gerais e administrativas	9
Declaração sobre os serviços prestados pelos auditores independentes	10
Declaração da diretoria	10
Mensagem da Administração	10

Demonstrações Financeiras do Exercício

Balanço Patrimonial	
Ativo	1
Passivo e Patrimônio Líquido	2
Demonstração do Resultado	3
Demonstração do Resultado Abrangente	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração do Valor Adicionado	8
Notas Explicativas da administração às Demonstrações Financeiras	9

Relatório da Administração

Exercício de 2025

Divulgado em 25 de fevereiro de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Introdução

A Companhia Energética Sinop S.A. (“Sinop Energia” ou “Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, anuncia hoje seu resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Além desse relatório, que atende os requerimentos estabelecidas pelo artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022 para o Relatório da Administração, a Companhia também disponibiliza as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. Os documentos supracitados estão à disposição para acesso público no *website* da área de Relações com Investidores da Sinop Energia, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. Essas demonstrações financeiras consideram também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As comparações realizadas neste relatório levam em consideração os exercícios de 2025 e 2024, exceto quando informado diferentemente. Adicionalmente, as informações do Relatório da Administração estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Para maiores informações sobre o desempenho financeiro da Sinop Energia, além daquelas apresentadas a seguir, recomenda-se a leitura em conjunto com as notas explicativas que acompanham as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Destaques do Exercício:

- **Cumprimento dos Contratos de Fornecimento de Energia:** Todos os contratos de fornecimento de energia, tanto do Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) quanto do Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), foram integralmente atendidos. O volume total comercializado no exercício somou 2.171.470 MWh, sendo 1.890.408 MWh no ACR, 279.427 MWh no ACL e 1.635 MWh junto a CCEE, (2.319.604 MWh, sendo 1.895.587 MWh no ACR, 403.044 MWh no ACL 20.972 MWh junto a CCEE, em 31 de dezembro 2024).
- **Resultado Operacional:** A Companhia apresentou EBITDA no montante de R\$ 234.650 (R\$ 231.114, em 31 de dezembro 2024).
- **Investimentos capex:** A Companhia adicionou em seus ativos imobilizados o montante de R\$ 29.413 (R\$ 39.004, em 31 de dezembro 2024).
- **Royalties da água:** Contribuindo com o desenvolvimento sustentável e responsabilidade social, a UHE Sinop destinou mais de R\$ 11.000 em royalties da água em 2025. Esse montante é repassado aos órgãos públicos, os quais tem autonomia para aplicar o recurso, bem como oportunidade de reforçar as finanças públicas e, consequentemente, promover o desenvolvimento socioeconômico.
- **Assembleia Geral Extraordinária:** Realizada, em 27 de janeiro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a qual deliberou sobre a seguinte Ordem do Dia: reformar do estatuto social da Companhia e aprovar a eleição de novo membro suplente do Conselho Fiscal da Companhia, Sr. Rafael Schaffer Vargas, como representante da acionista Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. (Axia Chesf).
- **Reestruturação do Programa de Visitação na UHE:** A Sinop Energia tem investido na reestruturação do seu programa de visitação, transformando o empreendimento em um ponto turístico atrativo para visitantes a partir dos 14 anos de idade.
- **Assembleia Geral Extraordinária:** Realizada, em 19 de fevereiro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a qual deliberou sobre a seguinte Ordem do Dia: aprovar a eleição de novo membro do Conselho de Administração da Companhia, Sr. André Luiz Salgado, como representante da acionista EDF Brasil Holding S.A.
- **Risco de Crédito:** A Fitch Ratings afirmou o Rating Nacional de Longo Prazo “AA(bra)”, com perspectiva positiva, AA(bra)”, da Companhia e de sua segunda emissão de debêntures.

- **Workshop e Integração familiar:** Celebrado o Dia do Trabalhador através de um dia de aprendizado, integração e convívio familiar. O evento contou com um workshop inspirador e momentos de lazer para funcionários e seus familiares.
- **Team Building:** Sinop Energia realiza o 2º Team Building de integração entre os colaboradores, dando continuidade à iniciativa que visa o desenvolvimento interpessoal e a construção de equipes mais coesas em um ambiente de colaboração e aprendizado.
- **Doação à Associação de Amigos do Autista (AMA):** A Sinop Energia, comprometida com o desenvolvimento social da comunidade local, participou da construção da nova sede da AMA de Sinop. A doação de R\$ 363 auxiliou na conclusão da nova sede e visa expandir significativamente a capacidade de atendimento para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).
- **Moção de aplausos na ALMT:** Sinop Energia recebe homenagem com uma Moção de Aplausos na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) por significativa contribuição da Companhia para o projeto Meio Ambiente itinerante para a conscientização ambiental no estado.
- **Operação Comercial:** a Usina atingiu 91,11% de disponibilidade (94,42%, em 2024). Redução decorrente da manutenção programada de 24.000 horas da Unidade Geradora 02.
- **Manutenção Programada de 24.000 horas da Unidade Geradora 02:** Realizada com sucesso a parada de manutenção da UG02, visando garantir a segurança e o pleno funcionamento do equipamento.
- **GPTW:** A Sinop Energia, conquistou o segundo lugar na categoria "Geração, Distribuição e Transmissão" do Ranking Energia 2025, promovido pelo Great Place To Work (GPTW). O reconhecimento celebra as empresas do setor elétrico que mais se destacaram na criação de excelentes ambientes para se trabalhar.
- **Destaque Empresarial:** A Sinop Energia recebeu o Prêmio Destaque Empresarial, honraria concedida a empresários e empresas que se destacam pelo desempenho na região em que atuam.
- **Agosto Lilás:** A Sinop Energia promoveu um bate-papo especial em sua sede, com o objetivo de reforçar a conscientização sobre o combate à violência contra a mulher.
- **Treinamento estratégico da Marinha do Brasil:** A Sinop Energia, em uma parceria estratégica com a Marinha do Brasil, apoiou integralmente um treinamento de reconhecimento e vigilância que ocorreu no leito do rio Teles Pires, em Sinop, entre os dias 25 e 28 de agosto de 2025.
- **Projeto Casa Limpa:** Em 30 de agosto de 2025, a Sinop Energia participou do projeto “Casa Limpa”, uma iniciativa dedicada à limpeza das margens do rio Teles Pires.
- **Assembleia Geral Extraordinária:** Realizada, em 02 de setembro de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a qual deliberou sobre a seguinte Ordem do Dia: aprovar a eleição de novo membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, Sr. Jean-Philippe de Oliveira, como representante da acionista EDF Brasil Holding S.A.
- **Sinop Sustentável:** A Sinop Energia patrocina e participa da terceira edição do evento “Sinop Sustentável”. A participação da Companhia reforça seu compromisso com desenvolvimento sustentável e a transparência na gestão dos recursos hídricos e do entorno do reservatório. A Companhia manteve um estande informativo e realizou uma palestra fundamental para a comunidade e produtores.
- **Semana + da Saúde, Segurança e Meio Ambiente:** Realização nos dias 8, 9 e 10 de outubro, da Semana +, evento voltado para a importância da segurança, saúde e meio ambiente no trabalho em todas as atividades da Sinop Energia.
- **GPTW:** A Sinop Energia conquista o selo GPTW pelo segundo ano consecutivo, atestando que a Companhia mantém um excelente lugar para se trabalhar.
- **Completion Físico-Financeiro:** A Companhia atingiu o *completion* físico e financeiro do projeto, demonstrando solidez financeira e confiabilidade do projeto.

- **ISO 45001:** Em novembro de 2025 a Companhia conquistou a (RE)certificação na norma ISO 45001:2018 – Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (SGSSO). A manutenção do certificado demonstra o comprometimento da Companhia com o bem-estar e a segurança de seus colaboradores. O escopo da certificação abrange integralmente o processo de "Geração e comercialização de energia elétrica", englobando tanto a sede administrativa quanto a unidade operacional da UHE Sinop.
- **Dezembro Vermelho:** A Sinop Energia, em parceria com a Prefeitura de Sinop e Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), realizou a sensibilização sobre o assunto, testagem rápida para HIV/Aids, Sífilis e Hepatites, além de aferição de pressão e glicemia. O objetivo da campanha é oferecer suporte à saúde dos profissionais que atuam tanto no escritório da Companhia quanto na Usina Hidrelétrica Sinop (UHE).

Sobre a Sinop Energia

Em 29 de agosto de 2013, a Companhia venceu o Leilão nº 006/2013 da ANEEL e, subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, celebrou o Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União, representada pelo Ministério de Minas e Energia, cujo objeto é a definição das condições para a exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. De acordo com o estipulado no 1º Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 19 de outubro de 2018, o prazo da concessão foi prorrogado para 28 de janeiro de 2050.

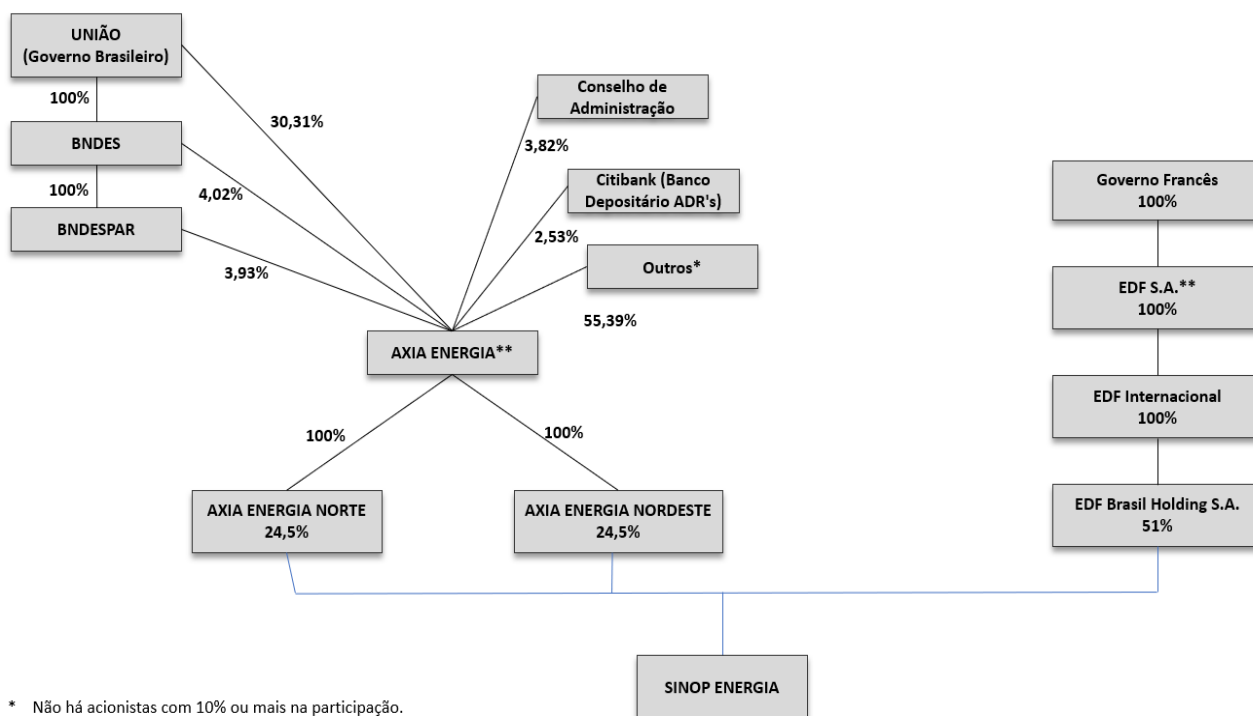
A Sinop Energia é uma sociedade de propósito específico e, portanto, tem como objeto social exclusivo, a construção, manutenção e operação da Usina Hidrelétrica Sinop, incluindo a comercialização da energia gerada pela Usina. O Empreendimento é localizado no rio Teles Pires, nas divisas dos municípios de Cláudia (margem direita do rio) e Itaúba (margem esquerda do rio), estado de Mato Grosso. O projeto da UHE Sinop foi desenvolvido considerando o estudo de viabilidade da Usina de maneira que seus possíveis impactos sejam minimizados por uma série de programas socioambientais, constantes no Projeto Básico Ambiental.

O empreendimento conta com a longa e consolidada experiência de seus três acionistas, referências nacionais e internacionais no segmento de geração de energia: (a) EDF Brasil Holding S.A, com 51% de participação no capital social; (b) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("ELETRONORTE"), com 24,5%; e (c) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. ("CHESF"), também com 24,5%, sendo que a ELETRONORTE e CHESF são empresas controladas pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A ("AXIA").

No Brasil, os acionistas operam empreendimentos de geração a partir de fontes convencionais, como termelétricas e, ainda, fontes de geração renováveis, tais como usinas hidrelétricas, usinas eólicas e energia solar, dentre outras.

Estrutura Societária

(em 31 de dezembro de 2025)



* Não há acionistas com 10% ou mais na participação.

** Listada em bolsa de valores.

O percentual de participação na Eletrobras refere-se às ações ON e PN (A+B+C).

Composição da Administração

Conselho de Administração

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Antônio Augusto Bechara Pardauil <i>Presidente do Conselho de Administração</i>	Gilberto Tannús Elias <i>Membro Suplente</i>
Tiago Barbosa Diniz <i>Membro Efetivo</i>	Edinaldo Pereira de Lima <i>Membro Suplente</i>
André Luiz Salgado <i>Membro Efetivo</i>	Verônica Vara Eiriz <i>Membro Suplente</i>
Thierry Marc Rene Caillaud <i>Membro Efetivo</i>	Jean-Philippe de Oliveira <i>Membro Suplente</i>

Conselho Fiscal

Membros Efetivos	Membros Suplentes
Washington Martins da Silva <i>Presidente do Conselho Fiscal</i>	Simone da Silva Cerutti de Azevedo <i>Membro Suplente</i>
André Luiz Amaral dos Santos <i>Membro Efetivo</i>	Rafael Schaffer Vargas <i>Membro Suplente</i>
Caio Simões de Lima <i>Membro Efetivo</i>	Fernando de Andrade Paladino <i>Membro Suplente</i>

Diretoria Estatutária

Membro da Diretoria Estatutária

Cargo

Ramon Rodrigues Vieira de Carvalho	Diretor Presidente / Diretor para Assuntos Industriais, de Meio Ambiente e Fundiários
Sergio Carvalho Aguiar	Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores

Contador

Alessandro Camilo da Silva	CRCMT 005078
----------------------------	--------------

Informações Operacionais

A Usina Hidrelétrica Sinop tem potência instalada de 401,88 MW, com reservatório formado com área de inundação de 342,82 km² em seu Nível de Água Máximo Normal e Área de Preservação Permanente de 114,52 km², abrangendo parcialmente as áreas de cinco municípios: Cláudia, Ipiranga do Norte, Itaúba, Sinop e Sorriso, todos situados no estado de Mato Grosso. A geração de energia elétrica pela UHE Sinop atende ao consumo de 1,5 milhão de pessoas, equivalente a aproximadamente 50% da população do estado de Mato Grosso.

A garantia física de energia da UHE Sinop foi fixada em 242,8 MW médios pelos termos da Portaria nº 2 emitida pela MME em 08 janeiro de 2018. A energia gerada pela UHE Sinop é comercializada de acordo com o quadro abaixo, sendo que 91,2% da Garantia Física está contratada.

Destinação da energia gerada

Categoria/Mercado	Período Contratual de Suprimento	Sinal	Volume de Energia (MWmédios)
Garantia Física	Não aplicável	+	242,8
Ambiente de Contratação Regulada (A-5; 2013) <i>Contraparte: 34 Clientes Terceiros</i>	01/12/18 - 30/11/48	-	215,8
Ambiente de Contratação Livre <i>Contraparte: CHESF (acionista)</i>	01/01/19 - 31/12/47	-	2,86
Ambiente de Contratação Livre <i>Contraparte: ELETRONORTE (acionista)</i>	01/01/19 - 31/12/47	-	2,86
Energia Descontratada	Não aplicável	=	21,28

Valores Mobiliários da Companhia

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor total de capital social integralizado é de R\$ 1.304.241, que compreendem 2.234.136.000 (dois bilhões, duzentos e trinta e quatro milhões, cento e trinta e seis mil) ações ordinárias nominativas ("Ações ON") sem valor nominal. Para maiores detalhes, consultar Nota Explicativa nº 24.

Ambiental, Social e Governança

Os programas ambientais estabelecidos no processo de licenciamento ambiental para a Etapa de Operação do empreendimento permanecem sendo realizados em conformidade com o cronograma definido junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA/MT), inclusive as ações vinculadas ao Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, com a recuperação de parte das áreas utilizadas como canteiro de obras do empreendimento e restauração das Áreas de Preservação Permanente – APP no entorno do reservatório, já cumpridos mais de 750 hectares entre 2021 e 2025, de acordo com os programas e condicionantes da nova Licença de Operação (LO) nº 332116/2024 e Parecer Técnico nº 176879/CEE/SUIMIS/2024.

Alinhada à nova redação da Lei nº 6.404/76 (conforme Lei nº 15.177/25), a Companhia reporta sua composição estatutária e funcional por gênero. Este indicador reafirma nosso compromisso com a transparência e com as melhores práticas de governança corporativa e equidade.

Quantitativo e proporção de mulheres por nível hierárquico e evolução comparativa.

As informações referentes à quantidade e proporção de mulheres contratadas por nível hierárquico serão apresentadas tendo como base o total de colaborador de cada nível, considerado como 100%.

Categoria	2025	2024
Coordenadores/ Assessor/consultores / supervisores	10% (1)	10% (1)
Analistas/especialistas	44% (7)	44% (7)

No que se refere aos cargos da administração, o total de posições estatutários e de governança será considerado como base 100%.

Categoria	2025	2024
Conselho de Administração	13% (1)	25% (2)
Diretoria Estatutária	-	-

Proporção da Remuneração Total feminina em Relação à masculina (base masculina = 100%) e evolução comparativa.

O quadro apresentado abaixo tem como base a remuneração fixa, variável, e eventual de colaboradores do sexo masculino, em 100% em todas as categorias. Dessa forma, os percentuais exibidos na tabela representam exclusivamente a remuneração total feminina em relação a essa base masculina.

Categoria	2025	2024
Coordenadores/ Assessor/consultores / supervisores	9%	9%
Analistas/especialistas	40%	40%

Indicadores e índices Econômico-financeiros

	Unidade	2025	2024	Absoluta	%
Energia Comercializada (ACR)	MWh	1.890.408	1.895.587	(5.179)	(0,3%)
Energia Comercializada (ACL)	MWh	279.427	403.044	(123.617)	(30,7%)
Energia Comercializada (CCEE)	MWh	1.635	20.972	(19.337)	(92,2%)
Receita líquida com venda de energia elétrica	R\$, mil	376.204	358.342	17.862	5,0%
Margem bruta	%	38,2%	41,4%	(3,2%)	(7,8%)
Resultado líquido do exercício	R\$, mil	64.833	50.833	14.000	27,5%
Lucro líquido por ação	R\$	0,02902	0,02275	0,00627	27,5%
Margem líquida	%	17,2%	14,2%	3,0%	21,5%

	Unidade	2025	2024	Absoluta	%
Investimentos (capex)	R\$, mil	29.413	39.004	(9.591)	(24,6%)
Endividamento	R\$, mil	1.371.808	1.401.511	(29.703)	(2,1%)
BNDES	R\$, mil	1.086.264	1.104.034	(17.770)	(1,6%)
Debêntures	R\$, mil	285.544	297.477	(11.933)	(4,0%)
Dívida líquida ¹	R\$, mil	1.303.870	1.302.147	1.723	0,1%
Índice de capital próprio (ICP) ²	%	47,6%	46,1%	1,5%	3,2%
Índice de liquidez corrente (ILC) ³		1,1	1,1	-	-
Número de empregados próprios ⁴		31	31	-	-
Quantidade de ações ⁵	Mil	2.234.136	2.234.136	-	-

1. A dívida líquida é equivalente ao Endividamento menos o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras com resgate imediato.
2. Índice de Capital Próprio (ICP): Patrimônio líquido / Ativo total.
3. Índice de Liquidez Corrente (ILC): Ativo circulante/Passivo circulante.
4. Posição no final do exercício.
5. Média ponderada de ações ordinárias.

Endividamento Líquido e Grau de Liquidez

Evolução dos principais indicadores de alavancagem e liquidez no exercício.

	2025	2024
Financiamento BNDES	1.086.264	1.104.034
Circulante	54.157	48.869
Não Circulante	1.032.107	1.055.165
Debêntures	285.544	297.477
Circulante	33.219	25.547
Não Circulante	252.325	271.930
Endividamento bruto	1.371.808	1.401.511
(-) Caixa e equivalentes de caixa ¹	(67.938)	(99.364)
Endividamento líquido²	1.303.870	1.302.147
Patrimônio líquido	1.392.436	1.343.001
Ativo total	2.926.711	2.913.350
Índice de capital próprio³	0,48	0,46
Ativo circulante	190.746	169.319
Passivo circulante	174.242	156.773
Índice de liquidez corrente⁴	1,09	1,08

1) As aplicações financeiras são resgatáveis em qualquer momento sem redução do valor pactuado.

2) Endividamento líquido / (Endividamento líquido + Patrimônio líquido)

3) Patrimônio líquido / Ativo total

4) Ativo circulante / Passivo circulante

Custos operacionais - Nota Explicativa nº 26

Os custos com geração de energia elétrica apresentaram um aumento de 10,7% no exercício de 2025 comparada com o exercício anterior.

	2025	2024	Var. R\$	Var. %
Depreciações e amortizações (*)	(81.644)	(74.535)	(7.109)	9,5%
Encargos de uso do sistema de transmissão – EUST	(57.555)	(54.990)	(2.565)	4,7%
Energia elétrica comprada para revenda (**)	(50.386)	(48.181)	(2.205)	4,6%
Seguro de risco hidrológico	(28.272)	(18.308)	(9.964)	54,4%
Serviços de terceiros (a)	(17.592)	(16.969)	(623)	3,7%
Outros	(3.825)	(3.333)	(492)	14,8%
Pessoal, encargos e benefícios (b)	(3.300)	(2.982)	(318)	10,7%
(-) Créditos de Pis e Cofins sobre depreciações e amortizações	10.174	9.451	723	7,6%
Total	(232.400)	(209.847)	(22.553)	10,7%

(*) Depreciação de 5.719 em 2025, referente as provisões socioambientais contabilizadas no imobilizado em dezembro/2024.

(**) Considera o aporte financeiro junto a CCEE, as aquisições junto a GOLD, líquidos dos tributos (PIS e Cofins).

(a) Serviços de terceiros

Os custos com os serviços de terceiros apresentaram uma redução de 3,9% acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 comparada com o exercício anterior.

	2025	2024	Var. R\$	Var. %
Gastos de O&M da Usina (i)	(14.634)	(15.287)	653	(4,3%)
Outros	(2.428)	(2.314)	(114)	4,9%
Programas socioambientais (ii)	(530)	(707)	177	(25,0%)
Total	(17.592)	(18.308)	716	(3,9%)

(i) Redução refere-se, substancialmente, a gastos com serviços de manutenção O&M, honorários advocatícios, assessoria e consultoria financeira e informática.

(ii) Redução refere-se, substancialmente, na realização dos Serviços Meio Ambiente, Monitoramento Hidrológico e no PAC - programa gerador de resíduos.

(b) Custos com pessoal, encargos e benefícios – área técnica (O&M e socioambiental)

Os custos com remuneração de pessoal, encargos e benefícios apresentaram um aumento de 10,7% acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 comparado com o exercício anterior, impactado, substancialmente, pelo reajuste salarial e novos benefícios como auxílio creche e educacional para os dependentes dos colaboradores.

	2025	2024	Var. R\$	Var. %
Remuneração de empregados	(1.450)	(1.332)	(118)	8,9%
Encargos trabalhistas	(959)	(892)	(67)	7,5%
Benefícios a empregados	(586)	(508)	(78)	15,4%
Participação nos Lucros e Resultados – PLR	(305)	(250)	(55)	22,0%
Total	(3.300)	(2.982)	(318)	10,7%

Despesas gerais e administrativas – Nota Explicativa nº 27

Os gastos deste grupo de contas apresentaram uma redução de 1,5% acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 comparada com o exercício anterior, representadas principalmente pela rubrica “Serviços de Terceiros”

	2025	2024	Var. R\$	Var. %
Pessoal, encargos e benefícios (a)	(7.715)	(7.249)	(466)	6,4%
Serviços de terceiros (b)	(2.009)	(3.015)	1.006	(33,4%)
Outros (reversões de contingências, seguros, taxas, etc...)	(1.496)	(1.345)	(151)	11,2%
Depreciações e amortizações	(472)	(234)	(238)	101,7%
(-) Créditos de Pis e Cofins sobre depreciações e amortizações	45	21	24	114,3%
Total	(11.647)	(11.822)	175	(1,5%)

(a) Despesas com pessoal, encargos e benefícios – área administrativa e diretoria

A Companhia mantém a quantidade de dezenove (19) de colaboradores no final de 2025 e dezessete (19), no final de 2024.

Os custos com remuneração de pessoal, encargos e benefícios apresentaram um aumento de 6,4% acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 comparado com o exercício anterior.

	2025	2024	Var. R\$	Var. %
Remuneração de empregados	(3.445)	(3.198)	(247)	7,7%
Encargos trabalhistas	(1.671)	(1.719)	48	(2,8%)
Benefícios a empregados	(1.338)	(1.306)	(32)	2,5%
Participação nos Lucros e Resultados – PLR	(793)	(577)	(216)	37,4%
Remuneração de conselheiros	(468)	(449)	(19)	4,2%
Total	(7.715)	(7.249)	(466)	6,4%

(b) Serviços de terceiros administrativos e gerais

Os gastos deste grupo de contas, apresentaram uma redução de 33,4% acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 comparada com o exercício anterior, representados significativamente pelas rubricas “Outros e Consultorias, honorários advocatícios e contábeis”.

	2025	2024	Var. R\$	Var. %
Consultorias, honorários advocatícios e contábeis	(1.386)	(2.172)	786	(36,2%)
Manutenção e instalação de equipamentos e sistema ERP	(463)	(413)	(50)	12,1%
Outros	(160)	(430)	270	(62,8%)
Total	(2.009)	(3.015)	1.006	(33,4%)

Declaração sobre serviços prestados pelos Auditores Independentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 23 de 25 de fevereiro de 2021, a Companhia declara que mantém contrato com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (“PwC”), firmado em 03 de abril de 2024, para a emissão do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025 e os

relatórios sobre as informações contábeis intermediárias contemplando os balanços patrimoniais do período findo em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2025. A PwC presta serviços apenas dedicados às revisões trimestrais e auditoria anual. Esclarecemos que a Companhia adere aos seguintes princípios quanto à contratação do auditor independente: (i) o auditor não realiza auditoria do seu próprio trabalho/relatório; (ii) o auditor não exerce funções gerenciais na Companhia; e (iii) o auditor não promove ou representa os interesses da Sinop Energia.

As informações apresentadas no Relatório da Administração e nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2025 e demonstrações financeiras auditadas referentes a 31 de dezembro de 2024. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Declarações da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 27, parágrafo 1º, incisos v e vi, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores declaram que discutiram, reviram e concordaram com as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e com a conclusão expressa no Relatório dos auditores sobre a revisão das demonstrações financeiras da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. (PwC), referente às mesmas.

Mensagem da Administração

A administração da Companhia submete à apreciação as Demonstrações Financeiras de 2025, elaboradas sob as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) e práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), refletindo um ano de solidez operacional, evidenciando o cumprimento integral de todos os Contratos de Fornecimento de Energia nos ambientes ACR e ACL, totalizando 2.171.470 MWh em comercialização. O Resultado Operacional apresentou um EBITDA de R\$ 234.650, representando uma evolução positiva em relação aos R\$ 231.114 do período anterior. Esse desempenho demonstra a solidez e eficiência de nossas operações.

Além do Resultado Operacional, a manutenção do rating “AA(bra)” pela Fitch Ratings e o atingimento do *completion* físico-financeiro do projeto confirma, a diligência no rigor das alocações de recursos e a manutenção de uma estrutura de capital com robustez ao perfil de negócio da Companhia.

Focados em eficiência, realizamos com sucesso a manutenção programada da Unidade Geradora 02, garantindo a disponibilidade técnica de longo prazo da planta. O reconhecimento pelo GPTW e a recertificação ISO 45001 demonstram que nossa estratégia de crescimento está intrinsecamente ligada à segurança dos colaboradores e ao desenvolvimento sustentável da região.

Expressamos nossa gratidão aos colaboradores que, com resiliência e competência técnica, superaram os desafios deste ano, garantindo a excelência operacional de nossos ativos. Agradecemos aos acionistas e parceiros comerciais pela confiança em nossa estratégia de longo prazo, fator que nos impulsiona a manter a solidez de nossos resultados e o compromisso com a geração de valor sustentável.

Diretoria da Sinop Energia



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Energética Sinop S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Sinop S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

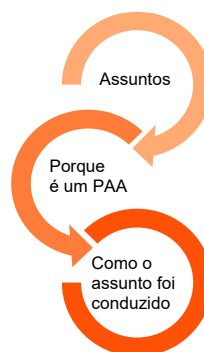
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Avaliação do valor recuperável do ativo imobilizado (Nota 15) O ativo imobilizado é composto, principalmente, por ativos que são referentes à usina hidrelétrica Sinop, para os quais há provisão para redução do valor recuperável no montante de R\$ 649.144 mil em 31 de dezembro de 2025. Durante o exercício, a Companhia revisou o valor recuperável da sua unidade geradora de caixa resultando no valor em uso de R\$ 2.089.882 mil e registrou a reversão parcial da provisão de valor recuperável no montante de R\$ 86.936 mil, reconhecida no resultado do exercício. A avaliação de recuperabilidade é realizada com base em projeções de fluxos de caixa futuros esperados da unidade geradora de caixa - UGC, à qual o saldo se relaciona. A projeção de fluxo de caixa foi preparada com base na melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações, quanto em dados históricos, bem como outras premissas que subsidiam essa projeção, como perspectivas de crescimento da economia brasileira, taxa de desconto, receitas e despesas projetadas. A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pela Companhia. Por essa razão, consideramos essa área como foco em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos do processo de mensuração do valor recuperável do ativo imobilizado da Companhia. Avaliamos as principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela Administração, tais como perspectivas de crescimento da economia brasileira, receitas e despesas projetadas, bem como a coerência lógica e aritmética das projeções e envolvemos nossos especialistas em projeções financeiras para revisão da taxa de desconto e do modelo de fluxo de caixa descontado. Adicionalmente, comparamos a projeção anterior com os resultados auferidos. Efetuamos leitura das divulgações em notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela Administração na mensuração do valor recuperável do ativo imobilizado são consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi

Companhia Energética Sinop S.A.

adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Companhia Energética Sinop S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os



Companhia Energética Sinop S.A.

Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2026

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Patricio Marques Roche'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Companhia Energética Sinop S.A.
Balanco patrimonial em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	37.230	29.559
Aplicações financeiras	9	30.708	69.805
Contas a receber	10	47.016	46.117
Estoques		3.561	2.379
Tributos e contribuições a recuperar	11	18.103	18.980
Adiantamentos		506	591
Despesas antecipadas		1.989	1.888
Ativo recuperável de seguros	12	<u>51.633</u>	<u>-</u>
Total do ativo circulante		<u>190.746</u>	<u>169.319</u>
Não circulante			
Contas a receber	10	-	19.982
Estoques		11.689	7.993
Outros ativos		4.334	2.209
Depósitos judiciais		880	812
Tributos e contribuições a recuperar	11	5.827	10.008
Fundos vinculados	13	147.602	137.656
Imposto de renda e contribuição social diferido	14	<u>403.347</u>	<u>436.875</u>
		<u>573.679</u>	<u>615.535</u>
Imobilizado	15	2.133.725	2.098.951
Intangível	16	<u>28.561</u>	<u>29.545</u>
Total do ativo não circulante		<u>2.735.965</u>	<u>2.744.031</u>
Total do ativo		<u>2.926.711</u>	<u>2.913.350</u>

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Balço patrimonial em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	17	36.185	21.856
Tributos e contribuições a recolher		1.978	2.245
Obrigações trabalhistas		2.134	1.781
Obrigações setoriais		1.795	2.079
Financiamento BNDES	18	54.157	48.869
Debêntures	19	33.219	25.547
Passivo de arrendamento		676	571
Uso do bem público	20	2.923	2.798
Provisões socioambientais	21	25.777	22.175
Contratos onerosos	22	-	16.779
Dividendos a distribuir		15.398	12.073
Total do passivo circulante		174.242	156.773
Não Circulante			
Financiamento BNDES	18	1.032.107	1.055.165
Debêntures	19	252.325	271.930
Obrigações setoriais		4.991	3.945
Uso do bem público	20	30.489	31.355
Passivo de arrendamento		1.780	1.185
Provisões socioambientais	21	38.125	49.591
Provisões para contingências	23	-	163
Outros passivos não circulantes		216	242
Total do passivo não circulante		1.360.033	1.413.576
Total do passivo		1.534.275	1.570.349
Patrimônio Líquido	24		
Capital social		1.304.241	1.304.241
Reserva legal		5.784	2.542
Reserva de lucros		82.411	36.218
Total do patrimônio líquido		1.392.436	1.343.001
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.926.711	2.913.350

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	25	376.204	358.342
Custos operacionais	26	(232.400)	(209.847)
Resultado bruto		143.804	148.495
Despesas gerais e administrativas	27	(11.647)	(11.822)
Reversão de provisão para Redução do valor recuperável- <i>Impairment</i>	15	86.936	43.641
Outras reversões/receitas operacionais líquidas	28	20.377	19.672
Resultado operacional antes do resultado financeiro		239.470	199.986
Receitas financeiras	29	27.016	31.488
Despesas financeiras	29	(167.527)	(154.486)
Resultado financeiro		(140.511)	(122.998)
Resultado operacional antes dos impostos		98.959	76.988
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	(33.528)	(26.155)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(598)	-
Resultado do exercício		64.833	50.833
Resultado por ação			-
Lucro básico/diluído por ação - R\$		0,02902	0,02275

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Resultado do exercício		64.833	50.833
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total do exercício		64.833	50.833

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023		2.234.136	-	-	(929.895)	1.304.241
Redução de capital		(929.895)	-	-	929.895	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	50.833	50.833
Reserva legal		-	2.542	-	(2.542)	-
Dividendos		-	-	-	(12.073)	(12.073)
Reserva de lucros		-	-	36.218	(36.218)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		1.304.241	2.542	36.218	-	1.343.001
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>24</u>	<u>1.304.241</u>	<u>2.542</u>	<u>36.218</u>	<u>-</u>	<u>1.343.001</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	64.833	64.833
Reserva legal		-	3.242	-	(3.242)	-
Dividendos		-	-	-	(15.398)	(15.398)
Reserva de lucros		-	-	46.193	(46.193)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>24</u>	<u>1.304.241</u>	<u>5.784</u>	<u>82.411</u>	<u>-</u>	<u>1.392.436</u>

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes da apuração do Imposto de Renda e Contrib. Social		98.959	76.988
Tributos correntes		(598)	-
Encargos da dívida	18 e 19	160.299	146.747
(Redução) aumento de provisão – <i>Impairment</i>		(86.936)	(43.641)
Provisão para Devedores Duvidosos		12.520	-
Provisão para ressarcimento (cobertura de seguros)	12	(51.633)	-
Provisão socioambiental		-	149
Receitas financeiras dos fundos vinculados		(15.971)	(11.235)
Receitas financeiras sobre as aplicações		(7.976)	(7.187)
Provisões para contingências		(163)	7
Aumento (redução) das provisões por atualização monetária		2.631	(6.942)
Depreciação e amortização	15 e 16	82.136	74.769
		193.268	229.655
Variações no ativo			
Adiantamentos		85	(382)
Tributos e contribuições a recuperar		7.040	8.313
Contas a receber		6.563	(13.565)
Despesas antecipadas		(101)	100
Estoque		(4.878)	(2.301)
Depósitos judiciais		(68)	(554)
Outros ativos		(2.125)	1.037
		6.516	(7.352)
Variações no passivo			
Fornecedores		15.931	(5.283)
Tributos e contribuições a recolher		(267)	674
Obrigações trabalhistas		353	1.037
Obrigações setoriais		868	1.837
Obrigações especiais		(26)	-
Obrigações socioambientais	21	(10.414)	(26.672)
Uso do bem público		(2.910)	(2.776)
Contratos onerosos		(16.779)	(16.583)
		(13.244)	(47.766)
Caixa gerado pelas operações		186.540	174.537
Juros pagos na liquidação da dívida com o BNDES	18	(94.351)	(96.466)
Juros pagos na liquidação da dívida com Debêntures	19	(23.348)	(24.083)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		68.841	53.988
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aplicações financeiras		47.073	31.570
Adição de imobilizado	33	(31.015)	(13.625)
Adição de intangível	33	(272)	-
Baixa de imobilizado	15	695	-
Fundos vinculados		6.025	(27.414)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		22.506	(9.469)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Captação financiamento - BNDES		-	1.119
Arrendamento mercantil		700	1.756
Dividendos distribuídos		(12.073)	-
Liquidação da dívida com o BNDES (principal)	18	(46.550)	(41.997)
Liquidação da dívida com as Debêntures (principal)	19	(25.753)	(19.462)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(83.676)	(58.584)
Aumento (diminuição) líquida em caixa e equivalentes de caixa		7.671	(14.065)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	29.559	43.624
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	37.230	29.559
Aumento (diminuição) líquida em caixa e equivalentes de caixa		7.671	(14.065)

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
1 – Receitas			
Vendas de energia, serviços e outros		433.372	435.915
Outras receitas		177	111
		433.549	436.026
2 - Insumos adquiridos de terceiros			
Energia elétrica comprada para revenda		(90.892)	(111.360)
Encargos pelo uso do sistema de transmissão - EUST		(63.349)	(60.526)
Encargos setoriais		(17.082)	(13.407)
Materiais, serviços de terceiros e outros		(10.107)	(25.491)
Provisões operacionais		92.597	63.313
Outras (Contingências trabalhistas)		163	(6)
		(88.670)	(147.477)
3 - Valor adicionado bruto		344.879	288.549
4 - Depreciação e amortização	15 e 16	(82.116)	(74.769)
5 - Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		262.763	213.780
6 - Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	29	27.016	31.488
		27.016	31.488
7 - Valor adicionado total a distribuir		289.779	245.268
8 - Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		8.741	8.084
Benefícios		1.924	1.814
FGTS		350	333
		11.015	10.231
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		46.388	29.512
Estaduais		3	3
Municipais		3	3
		46.394	29.518
Remuneração de capitais de terceiros			
Despesas financeiras	29	167.527	154.486
Aluguéis		10	200
		167.537	154.686
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos		15.398	12.073
Lucros retidos	24	49.435	38.760
		64.833	50.833
Valor adicionado total		289.779	245.268

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Notas explicativas da administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Sinop S.A. (“Companhia” ou “Sinop Energia”) é uma sociedade anônima, com objeto social exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e exploração da UHE Sinop, de capital aberto, categoria “B”, constituída em 28 de outubro de 2013.

O controle é exercido de forma compartilhada entre a EDF Brasil Holding S.A., que detém 51% das ações da Companhia e Centrais Elétricas do Brasil S.A. – Eletrobras, que detém 49% das ações através de suas controladas Centrais Elétricas do Norte – Eletronorte e Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF, nos termos do Acordo de Acionista (Acordo), do qual todos os acionistas fazem parte (Nota Explicativa nº 24), respeitando os termos do art. 118 da Lei nº 6.404/76.

A Sinop Energia observa as normas específicas para os geradores de energia estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL” ou “Agência Reguladora”) e pelo Ministério de Minas e Energia (“MME” ou “Poder Concedente”) e cabe ao Governo Federal, através da atuação da Agência Reguladora e do Poder Concedente, regular e fiscalizar as atividades da Companhia. A concessão para a operação e a implantação do Empreendimento foi estabelecida a partir do Leilão nº 006/2013 da ANEEL, realizado em 29 de agosto de 2013.

Subsequentemente, em 26 de fevereiro de 2014, a Companhia celebrou Contrato de Concessão nº 01/2014 com a União através do Ministério de Minas e Energia para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos, a partir da assinatura do referido contrato, tendo em vista a sua condição de produtor independente de energia elétrica. De acordo como o estipulado no 1º Aditivo ao Contrato de Concessão, celebrado em 19 de outubro de 2018, o prazo da concessão foi prorrogado para 28 de janeiro de 2050.

1.1 Reforma tributária sobre o consumo

Em 2025, a reforma tributária sobre o consumo foi regulamentada por meio da Lei Complementar nº 214 (“Reforma”), prevendo a substituição de tributos como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI pelos tributos CBS e IBS, bem como a criação do IS (Imposto Seletivo), que abrange determinados setores econômicos, tais como o setor de geração de energia. O período de transição para a nova metodologia de tributação ocorre entre 2026 e 2032, não havendo incidência, no primeiro ano de transição, dos novos tributos implementados pela reforma.

A Companhia está em processo de avaliação dos impactos decorrentes da Reforma, que será concluído em 2026.

2 Sinistro da comporta vagão da UG2

Em abril, a Companhia identificou a necessidade de parada da Unidade Geradora 2 (UG2) em virtude de falhas na comporta vagão, e com estudos aprofundados foi verificada a necessidade de um completo reparo, inclusive, incluindo a compra de uma nova comporta. Todos os trabalhos necessários foram realizados e em 3 de setembro a Unidade Geradora 2 (UG2) retornou à geração. Os custos de aquisição da comporta, reparos e lucros cessantes serão ressarcidos em função de seguro existente. Encontram-se registrados em 31 de dezembro R\$ 51.633 para os impactos dos lucros cessantes referentes à compra de energia devido a não operação da UG2. Valor registrado líquido da franquia do seguro. Em 30 de dezembro de 2025, a seguradora antecipou R\$ 35.000. A previsão de recebimento do restante dos recursos é até final de março de 2026.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (*IFRS® Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC® Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC® Interpretations*). Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas nas notas explicativas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas na Nota 6.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis

críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 25 de fevereiro de 2026.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na Nota Explicativa nº 31 - Gestão de riscos dos instrumentos financeiros.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 14 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Notas explicativas nº 15 e nº 16 - Teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizado e intangíveis: Principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

Notas explicativas nº 21 e nº 23 - Reconhecimento e mensuração de provisões socioambientais e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

c. Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 31 - Gestão de risco dos instrumentos financeiros.

3.4 Julgamento da administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessões de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo (iii) geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto às instituições financeiras; A Companhia possui um fluxo de caixa consistente que garantiu os fluxos de pagamento desses períodos, já que parte dos prejuízos são contábeis e não de caixa.

4 Principais mudanças nas políticas contábeis

A Companhia não identificou mudanças nas políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras, as quais são as mesmas adotadas na preparação das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

6 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

b. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores provenientes da venda de energia elétrica. (Nota Explicativa nº 10). São mensuradas ao custo amortizado.

c. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, que inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido da depreciação e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos foram vinculados ao Empreendimento e capitalizados durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estavam sendo executadas, conforme disciplinam os CPCs 20 (R1) e 27 (Nota Explicativa nº 15).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo imobilizado formam parte do custo de tal ativo. Outros custos de empréstimos são reconhecidos como despesa financeira.

Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada para reduzir o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e iniciou, para os bens unitizados, partir do mês de outubro de 2019, quando a ANEEL emitiu o Despacho nº 2.854, a qual liberou a unidade geradora UG01 para início da operação comercial (Nota Explicativa nº 15).

Terrenos são depreciados, conforme instrução da ANEEL em seu Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias	30 anos
Máquinas e equipamentos	27 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Reservatórios e barragens	30 anos
Terrenos	30 anos
Veículos	7 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são determinados pelas Resoluções Normativas nºs 367/2009 e 674/2015 da ANEEL. A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, e expressa adequadamente, na opinião da Administração, o tempo de vida útil dos bens.

Além das taxas determinadas pela ANEEL, para os itens que ultrapassam o período de concessão, a Companhia utiliza taxas de depreciação que refletem o período de concessão, visto que, de acordo com o termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações

vinculadas à UHE passarão a integrar o patrimônio da União, não havendo indenização ao fim da concessão.

d. Intangível

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os montantes relacionados ao UBP – Utilização de Bem Público foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para torná-los prontos para serem utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Amortização de ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, e para os itens que ultrapassam o período de concessão, a Companhia utiliza taxas de amortização que refletem o período de concessão, visto que, de acordo com o termo final do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculadas à UHE passarão a integrar o patrimônio da União, não havendo indenização ao fim da concessão.

Os montantes relacionados ao UBP foram determinados com base no valor presente do fluxo de pagamentos desse direito de exploração do potencial hidráulico, fiscalizada pela ANEEL, e a amortização iniciou quando da entrega da energia objeto do CCEAR.

e. Classificação entre circulante e não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 (doze) meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

f. Perda por redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA).

g. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e na alíquota de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o resultado tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

h. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos (Notas Explicativas nº 21 e 23).

i. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 (doze) meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros (Nota Explicativa nº 17).

j. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, ou capitalizados (conforme o caso), utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, caso a Companhia tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 (doze) meses após a data do balanço (Nota Explicativa nº 18 e 19).

Os custos de empréstimos e financiamentos, diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que requeira um tempo significativo para ser concluído para fins de uso, são capitalizados de forma líquida como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados em despesa no exercício em que ocorrerem. Custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros custos incorridos por uma companhia em conexão com o empréstimo.

k. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são efetuadas com base nas condições estabelecidas contratualmente entre as partes. A Companhia possui contratos de venda de energia, utilização da rede de transmissão, e operação e manutenção da UHE junto às partes relacionadas. Os valores, prazos e taxas estão definidas em contrato (Nota Explicativa nº 30).

l. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de

caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

m. Receita operacional

Corresponde, majoritariamente, às receitas relacionadas à venda de energia de curto prazo e às vendas de energia no mercado de longo prazo (CCEAR), no âmbito da CCEE e receitas relacionadas às operações de comercialização de energia, no âmbito de CCEAL (“Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente de Contratação Livre”).

n. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
- Multas.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo International Accounting Standards Board ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC'), aplicáveis à Companhia, são os seguintes:

Norma	Descrição de alteração	Vigência
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A Companhia está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia.	01/01/2027, aplicação retrospectiva.
IFRS 7 (CPC 40)	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo. A norma exige que empresas divulguem informações detalhadas sobre instrumentos financeiros, aumentando a transparência e facilitando a avaliação de riscos. Isso significa divulgar informações sobre instrumentos complexos como derivativos e contratos de energia, impactando a gestão de riscos e exigindo sistemas e controles robustos. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.	01/01/2026
IFRS 9 (CPC 48)	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança. Esta implementação, introduz o modelo de perdas esperadas para ativos financeiros, impactando empresas com grande volume de contas a receber. Isso pode levar ao aumento de provisões para perdas, exigindo novos modelos de cálculo e impactando resultados, mas também aumenta a transparência e pode melhorar a gestão de risco de crédito a longo prazo. A Administração avalia o impacto para desenvolver modelos, investir em tecnologia e monitorar seus resultados para implementação da norma de forma eficaz. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.	01/01/2026

8 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Fundo fixo de caixa	2	2
Conta corrente	2.070	4.476
Aplicações financeiras de curto prazo	35.158	25.081
	<u>37.230</u>	<u>29.559</u>

O caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras compromissadas (CDBs e fundos de renda fixa), e são utilizados para pagamento das obrigações de curto prazo da Companhia e não possuem restrição de uso.

9 Aplicações financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações em Fundos DI	30.708	69.805
	30.708	69.805

As aplicações financeiras correspondem a fundos de investimentos em títulos públicos de longo prazo, que são realizadas com instituições do mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do CDI (entre 100% e 102% do CDI).

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 31.

10 Contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante (i)		
Contas a receber de clientes (a)	58.449	45.083
Partes relacionadas (b)	1.087	1.034
PDD - Provisão para Devedores Duvidosos (c)	(12.520)	-
	47.016	46.117
Não circulante (ii)		
Contas a receber de clientes	-	19.982
	-	19.982
	47.016	66.099

Referem-se, substancialmente:

(i) (a) Vendas a prazo de energia elétrica no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) R\$ 45.929 (R\$ 45.083 em 31 de dezembro de 2024), e venda de energia elétrica no Ambiente de Comercialização Livre R\$ 12.520; (b) no Ambiente de Contratação Livre (ACL) partes relacionadas R\$ 1.087 (R\$ 1.034 em 31 de dezembro de 2024); e (c) perda provável do valor a receber decorrente de inadimplemento contratual, devido a deterioração da capacidade financeira da comercializadora de energia, nota explicativa 28(i).

(ii) Contas a receber de operações com comercializadora de energia.

Não há saldos em contas a receber vencidos por mais de 30 dias, com exceção dos valores da Provisão para Devedores Duvidosos.

11 Tributos e contribuições a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante		
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recuperar	5.739	9.377
Programa de Integração Social (PIS) a recuperar	2.040	2.034
Imposto de renda a recuperar	8.592	6.436
IR e CS antecipação	1.732	1.133

	18.103	18.980
Não circulante	31/12/2025	31/12/2024
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF)	5.586	9.767
Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços (ICMS) antecipado	241	241
	5.827	10.008
	23.930	28.988

12 Ativo recuperável de seguros

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta EDF S.A. na França. O Conjunto de máquinas, barragens e demais construções da referida apólice têm cobertura no montante de R\$ 2.679.424 para danos materiais e R\$ 481.532 para lucros cessantes.

A Companhia teve em 06 de abril de 2025 a abertura junto a seguradora de sinistro ocorrido em sua comporta da UG2. A razão do sinistro foi em decorrência de falha na montagem das comportas onde os pinos de sustentação foram usinados causando a fratura do equipamento e sua queda. O sinistro se encerrou em 03 de setembro com o reestabelecimento da operação da máquina.

Por conta da quebra do equipamento, ocorreu a impossibilidade de geração da unidade e foi necessária a compra de energia no mercado para atendimento a seus contratos de vendas. O registro contábil está amparado pela posição do regulador do sinistro e dos corretores de seguros envolvidos no pleito. Adicionalmente a administração avaliou a documentação que suporta o pleito e concluiu que a realização desse ativo é virtualmente certa. Os valores pleiteados de cobertura de seguros são apresentados a seguir:

	Valor do gasto (i)	Pleito à seguradora (ii)	Registro contábil (iii)
Sinistro da quebra da Comporta	18.489	15.410	15.410
Sinistro Comporta - compra de energia (Business interruption)	71.223	71.223	71.223
Antecipação recebida	-	-	(35.000)
Total	89.712	86.633	51.633

- (i) Corresponde aos gastos com a aquisição da nova comporta e com a aquisição de energia em decorrência do sinistro;

Valores notificados à seguradora para pagamento já descontado o valor da franquia e aguardando receber da seguradora.

13 Fundos vinculados

	31/12/2025	31/12/2024
(i) Referentes aos empréstimos BNDES		
Conta reserva	36.836	34.985
Conta reserva adicional	36.521	-
Conta centralizadora	12.455	11.594
	85.812	46.579
(ii) Referentes às debêntures		
Conta reserva	37.789	38.034
Conta reserva adicional	-	38.031
Conta de pagamento	17.003	8.754
	54.792	84.819
(iii) Referente ao CUST		
Conta centralizadora	6.998	6.258
	6.998	6.258
	147.602	137.656

(i) Referentes aos financiamentos BNDES

Conta reserva

A conta reserva do financiamento deve ser composta por 3 (três) vezes o valor das prestações mensais de amortização vincenda do serviço da dívida a partir de 15 de julho de 2018 e será mantida até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas, conforme estabelecido no Contrato de Financiamento com o BNDES, Cláusula Décima, “Garantias da Operação, item II – Cessão Fiduciária dos Direitos Emergentes da Concessão e dos Direitos Creditórios”.

Conta centralizadora

Na conta centralizadora, cuja movimentação é realizada exclusivamente pelo banco administrador (Bradesco), são depositados todos os recursos provenientes dos direitos cedidos previstos no contrato de financiamento com o BNDES, sendo que esses direitos são compartilhados com os detentores das debêntures da segunda emissão da Companhia. Com o Completion, ocorrido no quarto trimestre de 2025, tornou-se necessário a composição da Conta Reserva Adicional através de aporte em dinheiro em substituição à fiança bancária utilizada.

Conta reserva adicional

Corresponde a 03 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida caso a BENEFICIÁRIA apresente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,2 (um inteiro e dois décimos).

(ii) Referentes às debêntures

Conta reserva

A conta reserva das debêntures deve ser composta pelo saldo correspondente a, no mínimo, 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de junho de 2019.

Conta reserva adicional

A conta reserva das debêntures deve ser composta pelo saldo correspondente a 1 (uma) vez o valor da parcela de juros debêntures e 1 (uma) vez o valor da parcela de amortização das debêntures, a partir de 15 (quinze) de julho de 2019, caso a Companhia apresente um Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), anual, inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 19.

Conta pagamento

Deverá ser transferido da conta centralizadora para a Conta Pagamento o valor mensal das debêntures: (i) até 30 (trinta) de junho de 2020, a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures e o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de amortização das debêntures, até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das debêntures; (ii) após 30 (trinta) de junho de 2020, (ii.1) a partir do período de 6 (seis) meses anteriores ao vencimento da parcela de juros das debêntures, o valor correspondente a 1/6 (um sexto) da parcela de juros das debêntures, (ii.2) a partir do período de 12 (doze) meses anteriores ao vencimento da parcela de amortização das debêntures, o valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da parcela de amortização das debêntures; até o preenchimento do saldo integral mínimo da conta pagamento das debêntures.

(iii) Referente ao Contrato de Uso do Sistema de Transmissão

Mantida junto ao Banco Bradesco, utilizada para garantia do pagamento dos encargos do CUST.

A Constituição de Garantias prevê a manutenção de duas contas vinculadas, sob titularidade da Companhia, sendo elas a Conta vinculada centralizadora e a Conta vinculada Especial. Em caso de inadimplência, a Concessionária de Transmissão ou o ONS, conforme o caso, informará à Companhia, para que quite o seu débito, com os respectivos acréscimos moratórios. Não havendo, por parte da Companhia, a quitação do débito, conforme a data estabelecida no contrato, a Concessionária de Transmissão comunicará o não pagamento ao ONS. Sendo assim, o Mecanismo de Garantia será acionado, com a ciência da Companhia. Após a instrução emitida pelo ONS, o Gestor (Banco Bradesco), efetuará o bloqueio da Conta vinculada Centralizadora da Companhia, transferindo para a Conta vinculada Especial os recursos disponíveis, até o valor do débito informado na instrução do ONS, com os acréscimos moratórios previstos em contrato. Dessa forma, a Companhia mantém o saldo mínimo o valor representativo de 110% da média aritmética das últimas 3 (três) faturas.

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores:

	Alíquota	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social		(647.780)	(613.407)
Imposto de renda diferido	25%	162.039	153.422
Contribuição social diferida	9%	58.301	55.206
		220.340	208.628
Diferenças temporárias (<i>Impairment e outros</i>)		(650.028)	(753.743)
Imposto de renda diferido	25%	162.507	188.436
Contribuição social diferida	9%	58.503	67.837
		221.010	256.273
Redução de depreciação devido ao registro de <i>impairment</i>		111.778	82.433
Imposto de renda diferido	25%	(27.943)	(20.607)

Contribuição social diferida	9%	<u>(10.060)</u>	<u>(7.419)</u>
		<u>(38.003)</u>	<u>(28.026)</u>
Total de prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias		<u>(1.186.030)</u>	<u>(1.283.396)</u>
Imposto de renda diferido	25%	296.603	321.251
Contribuição social diferida	9%	<u>106.744</u>	<u>115.624</u>
		403.347	436.875
Imposto de renda corrente	25%	(435)	-
Contribuição social corrente	9%	<u>(163)</u>	<u>-</u>
		(598)	-

Com base na expectativa dos lucros tributáveis futuros, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição diferidos, conforme demonstrados a seguir:

Movimentação do ativo fiscal diferido

Saldo em 31 de dezembro de 2023	463.030
Reconhecimento no exercício	4.109
(-) Reversão no exercício	(30.264)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>436.875</u>
Reconhecimento no exercício	11.712
(-) Reversão no exercício	<u>(45.240)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>403.347</u>

Demonstrativo de base de cálculo

	31/12/2025	31/12/2024
	IR e CSLL	IR e CSI
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	98.959	76.988
Adições:	2.049	3.098
AVP sobre contratos onerosos	1.402	3.091
Outros	647	7
Exclusões:	(135.217)	(92.103)
Reversão do Impacto do <i>impairment</i> sobre a depreciação	(29.345)	(28.790)
Realização da provisão dos contratos onerosos	(18.181)	(19.673)
Reversão da prov. para redução ao valor recuperável (<i>Impairment</i>)	(86.936)	(43.640)
Outros	(755)	-
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social antes da compensação	(34.209)	(12.017)
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social	(34.209)	(12.017)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social (*)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos no exercício	11.631	4.086
Impacto no valor do IR (*)	25	24
Imposto de renda e contribuição social no resultado	11.656	4.110
(Reversão/provisão de diferenças temporárias)	<u>(45.184)</u>	<u>(30.265)</u>

Imposto de renda e contribuição social no resultado	(33.528)	(26.155)
Contribuição social diferida	(8.880)	(6.929)
Imposto de renda diferido	(24.648)	(19.226)
	(33.528)	(26.155)
Contribuição social corrente	(163)	-
Imposto de renda corrente	(435)	-
	(598)	-

Expectativa de realização do crédito tributário

O ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras e suportadas pelas premissas do Plano de Negócios aprovadas pela Administração. Apresentamos, a seguir, a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a base de cálculo negativa, em 31 de dezembro de 2025.

Exercícios	Total
2026	7.599
2027	10.387
2028	13.620
2029	15.829
2030	17.887
2031	20.111
Entre 2032 até o final do contrato de concessão (*)	317.914
Total	403.347

(*) A Companhia estima que a realização do prejuízo fiscal ocorrerá até o ano de 2039, enquanto a realização das diferenças temporárias será até o final do período da concessão, em janeiro de 2050.

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição. Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

15 Imobilizado

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Depreciação	Transferências	Reversão / (reconheci- mento) de provisão	Baixas	Saldo em 31/12/2025
Geração							
Em curso							
Edificações, obras e benfeitorias	54	-	-	-	-	-	54
Reservatórios, barragens e adutoras (i)	820	4.201	-	-	920	-	5.941
Máquinas e equipamentos	1.591	955	-	(2.141)	-	-	405
Subtotal – Geração em curso	2.465	5.156	-	(2.141)	920	-	6.400

Companhia Energética Sinop S.A.
Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2025

		Saldo em 31/12/2024	Adições	Depreciação	Transferências	Reversão / (reconheci- mento) de provisão	Baixas	Saldo em 31/12/2025
Em serviço								
Veículos		752	45	-	-	-	-	797
Terrenos		393.161	145	-	-	-	-	393.306
Reservatórios	(ii)	2.082.791	21.826	-	-	-	(860)	2.103.757
Edificações		491.609	-	-	-	(920)	-	490.689
Máquinas e equipamentos		274.178	1.109	-	2.141	-	-	277.428
Móveis e utensílios		1.204	46	-	-	-	-	1.250
(-) Depreciação acumulada – Veículos	(iii)	(453)	-	(74)	-	-	-	(527)
(-) Depreciação acumulada – Terrenos	(iii)	(56.164)	-	(8.906)	-	-	-	(65.070)
(-) Depreciação acumulada – Reservatórios	(iii)	(271.514)	-	(51.887)	-	-	165	(323.236)
(-) Depreciação acumulada – Edificações	(iii)	(70.867)	-	(11.245)	-	-	-	(82.112)
(-) Depreciação acumulada – Máquinas e equipamentos	(iii)	(43.353)	-	(7.250)	-	-	-	(50.603)
(-) Depreciação acumulada – Móveis e utensílios	(iii)	(259)	-	(56)	-	-	-	(315)
Subtotal – Geração em serviço		2.801.085	23.171	(79.418)	2.141	(920)	(695)	2.745.364
Total – Geração		2.803.550	28.327	(79.418)	-	-	(695)	2.751.764
Sistema de transmissão de conexão								
Em serviço		34.120	-	-	-	-	-	34.120
(-) Depreciação acumulada	(iii)	(5.044)	-	(797)	-	-	-	(5.841)
Total – Sistema de transmissão de conexão		29.076	-	(797)	-	-	-	28.279
Administração								
Em serviço		2.738	46	-	-	-	-	2.784
(-) Depreciação acumulada	(iii)	(2.086)	-	(209)	-	-	-	(2.295)
Total – Administração		652	46	(209)	-	-	-	489
Imobilizado - Direito de uso								
Imobilizado - Direito de uso		1.855	1.040	-	-	-	-	2.895
(-) Depreciação - Imobilizado - Direito de uso		(102)	-	(456)	-	-	-	(558)
Total - Direito em uso		1.753	1.040	(456)	-	-	-	2.337
Total – Imobilizado		2.835.031	29.413	(80.880)	-	-	(695)	2.782.869
(-) Provisão para redução do valor recuperável		(736.080)	-	-	-	86.936	-	(649.144)
Total – Imobilizado líquido		2.098.951	29.413	(80.880)	-	86.936	(695)	2.133.725

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

		Saldo em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Transferências	Reversão / (reconheci- mento) de provisão	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Geração								
Em curso								
Edificações, obras e benfeitorias		4	50	-	-	-	-	54
Reservatórios, barragens e adutoras	(i)	144.547	34.400	-	(178.127)	-	-	820
Máquinas e equipamentos		-	1.591	-	-	-	-	1.591
Adiantamentos a fornecedores		464	-	-	(457)		(7)	-
		145.015	36.041	-	(178.584)	-	(7)	2.465
Terrenos		571	-	-	(411)		(160)	-
Medições		584	-	-	(539)	-	(45)	-
Subtotal – Geração em curso		146.170	36.041	-	(179.534)		(212)	2.465
Em serviço								
Veículos		752	-	-	-	-	-	752
Terrenos		393.152	9	-	-	-	-	393.161
Reservatórios		1.908.545	6	-	174.240	-	-	2.082.791
Edificações		491.510	99	-	-	-	-	491.609
Máquinas e equipamentos		268.365	519	-	5.294	-	-	274.178
Móveis e utensílios		930	274	-	-	-	-	1.204
(-) Depreciação acumulada – Veículos	(iii)	(384)	-	(69)	-	-	-	(453)
(-) Depreciação acumulada – Terrenos	(iii)	(47.194)	-	(8.970)	-	-	-	(56.164)
(-) Depreciação acumulada – Reservatórios	(iii)	(226.538)	-	(44.976)	-	-	-	(271.514)
(-) Depreciação acumulada – Edificações	(iii)	(59.534)	-	(11.333)	-	-	-	(70.867)
(-) Depreciação acumulada – Máquinas e equipamentos	(iii)	(36.278)	-	(7.075)	-	-	-	(43.353)
(-) Depreciação acumulada – Móveis e utensílios	(iii)	(208)	-	(51)	-	-	-	(259)
Subtotal – Geração em serviço		2.693.118	907	(72.474)	179.534	-	-	2.801.085
Total – Geração		2.839.288	36.948	(72.474)	-		(212)	2.803.550
Sistema de transmissão de conexão								
Em serviço		34.120	-	-	-	-	-	34.120
(-) Depreciação acumulada	(iii)	(4.240)	-	(804)	-	-	-	(5.044)
Total – Sistema de transmissão de conexão		29.880	-	(804)	-	-	-	29.076

		Saldo em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Transferências	Reversão / (reconheci- mento) de provisão	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Administração								
Em serviço		2.701	201	-	-	-	(164)	2.738
(-) Depreciação acumulada	(iii)	(2.061)	-	(189)	-	-	164	(2.086)
Total – Administração		640	201	(189)	-	-	-	652
Imobilizado – Direito de uso		-	1.855	-	-	-	-	1.855
(-) Depreciação – Imobilizado – Direito de uso		-	-	(102)	-	-	-	(102)
Total – Direito em uso		-	1.855	(102)	-	-	-	1.753
Total – Imobilizado		2.869.808	39.004	(73.569)	-		(212)	2.835.031
(-) Provisão para redução do valor recuperável		(779.721)	-	-	-	43.641		(736.080)
Total – Imobilizado líquido		2.090.087	39.004	(73.569)	-	43.641	(212)	2.098.951

A Companhia é vedada de alienar ou ceder, a qualquer título, sem a prévia e expressa autorização da ANEEL os bens vinculados a concessão.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui bens penhorados ou bloqueados judicialmente.

- (i) Referem-se, substancialmente, aos projetos e programas socioambientais em atendimento a Licença de Operação, os quais a Companhia estima que sejam concluídos até dezembro de 2029, conforme detalhado na nota explicativa 21.
- (ii) Referem-se, substancialmente, a adições de R\$ 18.075 relativas ao sinistro da comporta vagão da UG2.
- (iii) A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos nas Resoluções ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, e nº 674, de 11 de agosto de 2015. A Administração da Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação determinados pela ANEEL são adequados e os bens em que a vida útil ultrapassam o período de concessão, têm vida útil econômica limitada até o final do prazo da concessão.

A Companhia mantém em seus controles de ativos os bens do investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”) no qual ao valor da despesa depreciação é revertido do resultado e controlado no Passivo Não Circulante “Obrigações Especiais da Concessão” no valor R\$ 20.

a) Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no exercício

Durante o exercício, a Companhia revisou o valor recuperável de sua unidade geradora de caixa, a qual é composta pelo ativo imobilizado, representado substancialmente pela usina e seus correspondentes equipamentos de geração e pelo ativo intangível relacionado a utilização do bem público – UBP, tendo em vista os atrasos iniciais nas obras de construção do empreendimento, motivados entre outras razões pela ausência de licenças ambientais. Em 2016 a Companhia enfrentou atrasos na emissão da Autorização de Supressão Vegetal, na margem esquerda do rio Teles Pires e em 2019 na emissão da Licença de Operação.

O cálculo do valor em uso baseou-se em fluxos de caixa operacionais projetados até o final da concessão, descontados a valor presente, mantendo-se as condições comerciais da Companhia. A taxa de desconto utilizada para mensurar o valor em uso foi definida a partir da metodologia WACC - *Weighted Average Capital Cost*, considerando o Custo de Capital Próprio nominal (Ke), calculado por meio do método CAPM – *Capital Asset Pricing Model*. A taxa de desconto foi de 11,69 % em 30 de setembro de 2025 (11,25% em 30 de setembro de 2024), data-base

para qual a administração aplica o teste de redução ao valor recuperável. A taxa de desconto antes dos impostos é de 14,19% em 30 de setembro de 2025, (13,52% em 30 de setembro de 2024).

Referências internas como o orçamento aprovado pela Companhia, dados históricos ou passados, atualização do cronograma de obras e montante de investimentos para empreendimentos em curso, embasam a definição de premissas-chaves pela Administração. Para tanto, a Companhia possui um orçamento, revisado anualmente, aprovado pelos Administradores, conforme as demandas identificadas pelos gestores, alinhado ao seu Plano de Negócios. No mesmo contexto, referências externas como o nível de consumo de energia elétrica, preço de Liquidação das Diferenças (PLD) no mercado livre e a disponibilidade de recursos hídricos subsidiam as principais premissas do fluxo de caixa estimado. Cabe observar que as diversas premissas utilizadas pela Administração na determinação dos fluxos de caixa futuros podem ser afetadas por eventos incertos, o que pode gerar oscilações nos resultados. Mudanças no modelo político e econômico, por exemplo, podem resultar em alta na projeção do risco-país, elevando a taxa de desconto utilizada para descontar os fluxos de caixa operacionais a valor presente.

O cálculo do valor em uso levou em consideração as seguintes premissas:

- Receitas projetadas de acordo com os contratos vigentes, e expectativa de mercado futuro, sem previsão de renovação da concessão;
- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Despesas projetadas a partir do orçamento aprovado pela Companhia;
- Atualização das taxas de desconto após os impostos, específica para a unidade geradora de caixa, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC);

A revisão resultou no reconhecimento de uma reversão do valor recuperável de R\$ 86.936, reconhecida no resultado. A reversão do valor recuperável foi incluída no resultado, na rubrica “Reversão de Provisão para Redução Valor Recuperável” e os fatores que impactaram na reversão do teste de *impairment* foram: (i) Recuperação do Fator de Disponibilidade para o fluxo projetado e a redução dos custos operacionais de compra de energia, ocasionados pela melhoria do fator; (ii) Melhoria das projeções hidrológicas (GSF); e (iii) Aumento dos preços médios projetados de PLD.

A usina e seus respectivos equipamentos foram reavaliados ao seu valor recuperável com base no valor em uso de R\$ 2.089.882, que corresponde ao valor contábil líquido do ativo imobilizado em 30 de setembro de 2025, (R\$ 2.096.498 em 30 de setembro de 2024), data-base para qual a administração aplica o teste de redução ao valor recuperável de forma consistente.

Provisão para perda por redução ao valor recuperável	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(736.080)	(779.721)
Reversão da provisão	86.936	43.641
Total impairment	<u>(649.144)</u>	<u>(736.080)</u>

16 Intangível

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

	Saldo em 31/12/2024	Adições (+)	Amortização (-)	Saldo em 31/12/2025
Geração				
Em serviço				
Software	288	167	-	455

	Saldo em 31/12/2024	Adições (+)	Amortização (-)	Saldo em 31/12/2025
(-) Amortização <i>Softwares</i>	(125)	-	(82)	(207)
UBP (i)	35.428	-	-	35.428
(-) Amortização— acumulada – UBP (ii)	(6.051)	-	(1.172)	(7.223)
Total – Geração	29.540	167	(1.254)	28.453
Administração Central				
Em serviço	1.017	-	-	1.017
(-) Amortização acumulada	(1.012)	-	(2)	(1.014)
Em curso	-	105	-	105
Total – Administração	5	105	(2)	108
Total	29.545	272	(1.256)	28.561

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024

	Saldo em 31/12/2023	Adições (+)	Amortização (-)	Saldo em 31/12/2024
Geração				
Em serviço				
<i>Software</i>	288	-	-	288
(-) Amortização <i>Softwares</i>	(73)	-	(52)	(125)
UBP (i)	35.428	-	-	35.428
Licença de operação	-	-	-	-
(-) Amortização— acumulada – UBP (ii)	(4.880)	-	(1.171)	(6.051)
Total – Geração	30.763	-	(1.223)	29.540
Administração Central				
Em serviço	1.017	-	-	1.017
(-) Amortização acumulada	(1.010)	-	(2)	(1.012)
Total – Administração	7	-	(2)	5
Total	30.770	-	(1.225)	29.545

- (i) Geração – Em serviço – Utilização do Bem Público
Como pagamento pela UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento nominal anual de R\$ 1.531, atualizados pelo IPCA. O início da amortização e o recolhimento da primeira parcela ocorreu a partir do início da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, no mês de dezembro de 2018 e o término previsto em janeiro de 2050.
- (ii) Administração – Em serviço, saldo referente ao registro no intangível de *software*.

17 Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Energia comprada para revenda (i)	21.013	8.441
Materiais e serviços (ii)	5.736	4.881
EUST (iii)	3.903	3.658
Partes relacionadas (iv)	2.306	1.562
Seguros a pagar (v)	1.810	1.486
Outros (vi)	1.417	1.828
	36.185	21.856

- b) Referem-se a compra de energia elétrica do período. Aumento devido ao sinistro da comporta;
- (i) Referem-se aos materiais/serviços para a operação e manutenção da usina;
- (ii) Referem-se aos EUST's prestados pelas transmissoras;
- (iii) Referem-se a saldos em aberto à fornecedores partes relacionadas: (a) serviços prestados pela EDF Serviços e (b) EUST prestados pela Eletronorte e CHESF, veja nota explicativa 30;
- (iv) Refere-se, substancialmente, ao seguro de risco operacional e seguros judiciais;

(v) Referem-se às propriedades negociadas com os títulos já registrados em cartório e gastos com passagens, hospedagens, locadoras de veículos, assessorias financeiras e jurídicas, retenções contratuais etc;

18 Financiamento BNDES

A Companhia, em 11 de agosto de 2016, contratou com o BNDES um crédito de R\$ 1.046.000 destinado à implantação da UHE Sinop e aos programas de investimentos sociais, objeto do Contrato de Concessão nº 01/2014-MME.

Esse financiamento é atualizado pelos juros e pelos encargos financeiros determinados no contrato, incorridos até a data das demonstrações financeiras.

As principais informações a respeito do financiamento com o BNDES são as seguintes:

Composição do financiamento em 31 de dezembro de 2025

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
	Pré 2,88% a.a.				
Financiamentos	+ TJLP	51.368	-	(1.098)	50.270
Atualização		-	3.887	-	3.887
		<u>51.368</u>	<u>3.887</u>	<u>(1.098)</u>	<u>54.157</u>
Não circulante					
	Pré 2,88% a.a.				
Financiamentos	+ TJLP	1.044.698	-	(12.591)	1.032.107
		-	-	-	-
		<u>1.044.698</u>	<u>-</u>	<u>(12.591)</u>	<u>1.032.107</u>
Total do financiamento		<u>1.096.066</u>	<u>3.887</u>	<u>(13.689)</u>	<u>1.086.264</u>

Composição do financiamento em 31 de dezembro de 2024

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
	Pré 2,88% a.a. + TJLP				
Financiamentos		46.013	-	(1.098)	44.915
Atualização		-	3.954	-	3.954
		<u>46.013</u>	<u>3.954</u>	<u>(1.098)</u>	<u>48.869</u>
Não circulante					
	Pré 2,88% a.a.				
Financiamentos		1.068.854	-	(13.689)	1.055.165
Atualização	TJLP				
		<u>1.068.854</u>	<u>-</u>	<u>(13.689)</u>	<u>1.055.165</u>
			-	-	-
Total do financiamento		<u>1.114.867</u>	<u>3.954</u>	<u>(14.787)</u>	<u>1.104.034</u>

Movimentação do financiamento BNDES e debêntures (nota explicativa 19) em 31 de dezembro de 2025 – (12 meses)

	Passivos	
	Financiamento BNDES	Debêntures
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.104.034	297.477
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Amortização de principal	(46.550)	(25.753)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(46.550)	(25.753)
Outras variações		
Provisão de juros	122.033	36.288
Pagamento de juros	(94.351)	(23.348)
Custo de transação	1.098	880
Financiamento captados	-	-
Total de outras variações	28.780	13.820
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.086.264	285.544

Movimentação do financiamento BNDES e debêntures (nota explicativa 19) em 31 de dezembro de 2024 - (12 meses)

	Passivos	
	Financiamento BNDES	Debêntures
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.134.347	301.306
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Amortização de principal	(41.997)	(19.462)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(41.997)	(19.462)
Outras variações		
Provisão de juros	105.930	38.835
Pagamento de juros	(96.466)	(24.083)
Custo de transação	1.101	881
Financiamento captados	1.119	-
Total de outras variações	11.684	15.633
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.104.034	297.477

A Companhia reconheceu no momento de emissão de financiamentos os custos incrementais relativos aos financiamentos, nas contas de imobilizado. Após a entrada em operação comercial, os custos são apropriados de forma mensal em contrapartida a despesas financeiras.

O saldo do contrato de financiamento com o BNDES está dividido em três subcréditos (“A”, “B” e “D”). As parcelas, compostas de principal e juros serão amortizadas em 240 prestações mensais: a primeira com vencimento em 15 de julho de 2018 e a última em 15 de junho de 2038.

Em função da definição da garantia física em 242,8 MW médios pelo Ministério de Minas e Energia, através da Portaria nº 2, de 8 de janeiro de 2018, a Companhia deixou de ter o direito de captar os recursos do subcrédito “C”, no valor de R\$ 28.000, conforme a Cláusula 17ª – Condições de Liberação da Colaboração Financeira, o que havia estabelecido um patamar mínimo de garantia física de 243,9 MW médios.

Subcréditos	Valor	Juros	Destino
A	970.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop
B	43.000	2,88% a.a. + TJLP	Investimentos na UHE Sinop

D	5.000	Implantação de projetos e programas de investimentos sociais da
Total	<u><u>1.018.000</u></u>	TJLP Companhia

Demonstrativo do saldo do financiamento por ano (principal + juros)

Vencimentos:	Total
2026	54.157
2027	51.368
2028	55.922
2029	60.880
2030	66.277
2031	72.154
Após 2031	738.097
Total da dívida com encargos	1.098.855
Custo incremental de longo prazo	(12.591)
	1.086.264

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da operação constituem:

- Cessão da totalidade dos direitos creditórios de que a Companhia é titular decorrentes do Contrato de Concessão em favor do BNDES, em caráter irrevogável e irretratável, até o final da liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento.
- Penhor, em caráter irrevogável e irretratável, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento, da totalidade das ações da Sinop Energia detidas pelos atuais Controladores da Companhia em favor do BNDES.
- Cessão pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE) dos direitos creditórios de que é titular, relativos à comercialização no Ambiente Regulado e/ou no Ambiente Livre da energia produzida por usinas hidroelétricas cujas concessões são detidas por estas, relacionados nos respectivos contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios celebrados individualmente entre cada acionista mencionado acima e o BNDES.
- Com a Reorganização Societária, por parte da Acionista EDF Norte Fluminense, não houve alterações no garantidor dos contratos de financiamentos, permanecendo inalterada todas as garantias dos contratos de financiamento.

O contrato de financiamento com o BNDES possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiros (*covenants*): (i) Índice de Capital Próprio (ICP) – Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), anual, – LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social, dividido pela Amortização de principal e pagamento de juros. Adicionalmente, o contrato de financiamento com o BNDES determina que o ICP e o ICSD deverão ser calculados e apresentados, anualmente, até o primeiro dia útil de maio de cada ano civil, com base nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício anterior, auditadas por auditor independente cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

No quarto trimestre de 2025, em razão do cumprimento da integralidade das condições contratuais estabelecidas na Cláusula Décima Nona do Contrato de Financiamento junto ao BNDES e 3.9.1.4 da Escritura de Emissão das Debêntures, houve o Completion Físico-Financeiro do Projeto, com a exoneração das garantias fidejussórias: (i) fiança corporativa da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.; (ii) fiança corporativa da Centrais Elétricas Brasileiras S.A ELETROBRAS (AXIA Energia); e (iii) Cessão pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE) dos direitos creditórios de que é titular, relativos à comercialização no Ambiente Regulado e/ou no Ambiente Livre da energia produzida por usinas hidroelétricas cujas concessões são detidas por estas.

Índice de Capital Próprio (ICP)

O contrato de financiamento com o BNDES determina a manutenção, durante todo o período de amortização do financiamento, anualmente medido, de Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% (vinte por cento).

A Companhia mantém o índice de capitalização confortável, o índice exigido pelo BNDES é de 20%, sendo este, o resultado da razão do Patrimônio Líquido/Ativo total, o índice total no final de dezembro de 2025, está em 48% (46% em 31 de dezembro de 2024).

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O contrato de financiamento com o BNDES requer que a Companhia apure e informe o ICSD anualmente, conforme o prazo e os termos mencionados acima. Caso o ICSD seja inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 3 (três) anos consecutivos ou por 3 (três) anos intercalados: (i) a Companhia não poderá realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, a distribuição de dividendos e/ou pagamentos de juros sobre capital próprio, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício anterior; e (ii) não atingirá todas as condições prévias necessárias para a liberação da fiança corporativa.

A Companhia está adimplente com o contrato, dado o cumprimento dos depósitos previstos nas contas de fundos vinculados.

19 Debêntures - Segunda emissão de debêntures

Características

Em 16 de maio de 2018, a Sinop Energia emitiu 236.000 (duzentas e trinta e seis mil) debêntures simples, não conversíveis e não permutáveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória, em série única, nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do disposto na Instrução CVM nº 476, com valor nominal de R\$ 1 (um mil reais), perfazendo o valor total de R\$ 236.000.

As principais condições da emissão são estas:

Emissão	Quantidade	Remuneração	Pagamento	Vencimento	Garantia
2ª Emissão – Série única	236.000	IPCA + 7,9461%	Pagamentos de juros semestrais e principal anual a partir de 12/2019	06/2032	Garantia real e fidejussória

Amortização do valor nominal atualizado mais os juros

O valor nominal atualizado mais os juros serão amortizados em 26 (vinte e seis) parcelas, sendo a primeira parcela realizada em 15 de dezembro de 2019 e a última em 15 de junho de 2032, conforme cronograma abaixo, ressalvada a hipótese de vencimento antecipada da totalidade das debêntures:

Vencimentos	Valores
2026	33.943
2027	39.215
2028	44.544
2029	44.137
2030	47.937
2031	39.857
2032	40.859
Total da dívida com encargos	290.492
Custo incremental de longo prazo	(4.948)
	285.544

Período de capitalização, capitalização e periodicidade de pagamentos dos juros remuneratórios

O período de capitalização das debêntures será o intervalo de tempo que se inicia na data da subscrição, ou na data de incorporação imediatamente anterior ou na data de pagamento de juros remuneratórios imediatamente anterior no caso dos demais períodos de capitalização das debêntures e termina na data de incorporação ou data de pagamento de juros remuneratórios correspondente ao período em questão.

Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, em que: (i) os juros remuneratórios calculados no período compreendido entre a data de subscrição e o dia 15 de junho de 2019 (exclusive) foram integralmente capitalizados e incorporados ao valor nominal atualizado em 15 de junho de 2019 (“data da incorporação”); (ii) o primeiro pagamento de juros remuneratórios foi realizado em 15 de dezembro de 2019; e (iii) os demais pagamentos de juros remuneratórios ocorrerão sucessivamente, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro, sendo o último pagamento realizado na data de vencimento, 15 de junho de 2032.

Garantias e cláusulas restritivas

As principais garantias da emissão constituem:

Compartilhamento de garantias detidas pelo BNDES

Fiança corporativa dos atuais acionistas controladores de todas as obrigações assumidas, sendo a responsabilidade de cada fiador em relação a qualquer demanda sempre limitada às seguintes proporções: CHESF 24,5%; ELETRONORTE 24,5% e EDFNF 51%. As fianças serão dispensadas, caso sejam cumpridas, cumulativamente, as condições previstas na Cláusula 3.9.1.4 (*Completion* Físico e Financeiro do Projeto).

Para mais detalhes, consulte o Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição

da Companhia, disponível no *site* na rede mundial de computadores da Comissão de Valores Mobiliários e, ainda, o *site* de Relações com Investidores da Sinop Energia.

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures possui duas cláusulas restritivas compostas por índices financeiros (*covenants*): (i) Índice de Capitalização (IC) – Patrimônio Líquido/Ativo Total; e (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) – LAJIDA menos imposto de renda e contribuição social, dividido pela amortização de principal e pagamento de juros.

- Com a Reorganização Societária, por parte da Acionista EDF Norte Fluminense, não houve alterações no garantidor dos contratos de financiamentos, permanecendo inalterada todas as garantias dos contratos de financiamento.

No quarto trimestre de 2025, em razão do cumprimento da integralidade das condições contratuais estabelecidas na Cláusula Décima Nona do Contrato de Financiamento junto ao BNDES e 3.9.1.4 da Escritura de Emissão das Debêntures, houve o Completion Físico-Financeiro do Projeto, com a exoneração das garantias fidejussórias: (i) fiança corporativa da Usina Termelétrica Norte Fluminense S.A.; (ii) fiança corporativa da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ELETROBRAS (AXIA Energia); e (iii) Cessão pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE) dos direitos creditórios de que é titular, relativos à comercialização no Ambiente Regulado e/ou no Ambiente Livre da energia produzida por usinas hidroelétricas cujas concessões são detidas por estas.

Índice de Capitalização (IC)

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures determina que, para fins de comprovação do Completion Físico e Financeiro, entre outras condições cumulativas, a Companhia apresente índice de capitalização igual ou superior a 20% (vinte por cento) com base nas Demonstrações Financeiras anuais auditadas. Adicionalmente, é vedado o resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Companhia ou a distribuição de juros sobre capital próprio ou dividendos ou, ainda, o pagamento de quaisquer outros valores a seus acionistas diretos ou indiretos, inclusive pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada, cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, exceto pelo pagamento de juros sobre capital próprio ou distribuição de dividendos quando a Emissora estiver adimplente com as obrigações decorrentes da Escritura e dos Contratos de Garantia Real e comprovar, cumulativamente: (i) o Completion Físico e Financeiro do Projeto; (ii) o ICSD, anual, superior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 2 (dois) anos consecutivos imediatamente anteriores; e (iii) IC igual ou superior a 25% (vinte e cinco por cento), ambos comprovados mediante a apresentação das Demonstrações Financeiras auditadas.

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

A Escritura da Segunda Emissão de Debêntures requer que a Companhia apure e informe o ICSD anualmente, conforme o prazo e os termos mencionados acima. Caso o ICSD seja inferior a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), por 3 (três) anos consecutivos ou por 3 (três) anos intercalados, constitui um evento de inadimplemento que pode acarretar o vencimento antecipado não automático do contrato.

A Companhia está adimplente com o contrato, dado o cumprimento dos depósitos previstos nas contas de fundos vinculados.

Composição das debêntures em 31 de dezembro de 2025

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461% a.a.	32.931	-	(724)	32.207
Atualização		-	1.012	-	1.012
		32.931	1.012	(724)	33.219
Não circulante					
Debêntures		257.273	-	(4.948)	252.325
		257.273	-	(4.948)	252.325
Total das debêntures		290.204	1.012	(5.672)	285.544

Composição das debêntures em 31 de dezembro de 2024

	Encargos	Principal	Encargos da dívida	Custo incremental	Total
Circulante					
Debêntures	IPCA + 7,9461% a.a.	25.384	-	(849)	24.535
Atualização		-	1.012	-	1.012
		25.384	1.012	(849)	25.547
Não circulante					
Debêntures		277.631	-	(5.701)	271.930
Atualização		-	-	-	-
		277.631	-	(5.701)	271.930
Total das debêntures		303.015	1.012	(6.550)	297.477

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 - (12 meses)

	Saldo em 31/12/2024	Amortização	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 31/12/2025
Circulante						
Debêntures	24.535	(49.101)	56.646	-	126	32.206
Atualização	1.012	-	(35.687)	35.687	-	1.012
	25.547	(49.101)	20.959	35.687	126	33.218
Não circulante						
Debêntures	271.930	-	(20.959)	601	754	252.326
	271.930	-	(20.959)	601	754	252.326
Total das debêntures	297.477	(49.101)	-	36.288	880	285.544

Movimento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 – (12 meses)

	Saldo em 31/12/2023	Amortização	Transf.	Encargos da dívida	Custo incremental	Saldo em 31/12/2024
--	---------------------	-------------	---------	--------------------	-------------------	---------------------

Circulante						
Debêntures	18.115	(43.545)	49.855	-	110	24.535
Atualização	934	-	(26.976)	27.054	-	1.012
	19.049	(43.545)	22.879	27.054	110	25.547
Não circulante						
Debêntures	282.257	-	(22.879)	11.781	771	271.930
Atualização	-	-	-	-	-	-
	282.257	-	(22.879)	11.781	771	271.930
Total das debêntures	301.306	(43.545)	-	38.835	881	297.477

20 Uso do Bem Público

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 - (12 meses)

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.798	31.355	34.153
Atualizações monetárias	119	2.050	2.169
Baixas	-	-	-
Pagamentos	(2.910)	-	(2.910)
Transferências	2.916	(2.916)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.923	30.489	33.412

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 - (12 meses)

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.668	33.927	36.595
Atualizações monetárias	115	2.107	2.222
Baixas	-	(1.888)	(1.888)
Pagamentos	(2.776)	-	(2.776)
Transferências	2.791	(2.791)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.798	31.355	34.153

Como pagamento pela UBP, a Companhia recolherá à União parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento nominal anual de R\$ 1.531, atualizados pelo IPCA (definido no contrato de concessão). O início da amortização e o recolhimento da primeira parcela ocorreu a partir do início da entrega da energia, objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, no mês de dezembro de 2018 e o término previsto em janeiro de 2050.

21 Provisões socioambientais

Referem-se às provisões relacionadas aos gastos futuros com os programas socioambientais, as quais foram reconhecidas no custo do reservatório em andamento (Imobilizado) e resultados do período.

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 - (12 meses)

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	22.175	49.591	71.766
Atualização	1.002	1.548	2.550
Baixas (i)	(10.414)	-	(10.414)
Transferências	13.014	(13.014)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	25.777	38.125	63.902

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 - (12 meses)

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	30.627	45.167	75.794
Adições	2.933	17.267	20.200
Atualizações monetárias	570	1.873	2.443
Baixas	(26.671)	-	(26.671)
Transferências	14.716	(14.716)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	22.175	49.591	71.766

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia revisitou as provisões e concluiu que os valores substanciais são relacionados a: (i) termos de compensações ambientais que não sofrem reajustes de atualizações monetárias; e (ii) valores de provisões baseados em contratações anteriores, contabilizados a valor presente.

(i) Durante este exercício a Companhia incorreu em gastos no valor de R\$ 3.030 referente ao STP (Sistema de Transposição de Peixes), R\$ 2.438 referente ao TAC Apoio Operacional SEMA, e R\$ 2.500 do PRAD APP Reservatório. Sendo estes os valores substanciais baixados.

22 Provisões de contratos onerosos

A Companhia cumpriu integralmente em 2025 os compromissos relativos aos seus contratos onerosos, decorrentes de compra de energia elétrica cujos custos excediam os benefícios econômicos. Dessa forma, procedeu a baixa total de todos os seus saldos remanescentes de obrigações contratuais previstas.

	Passivo		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	16.779	-	16.779
Baixas	(16.779)	-	(16.779)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	-	-

23 Provisões para contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus consultores jurídicos, e reflete a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar as perdas esperadas.

Os valores envolvidos nessas ações dependem das avaliações de eventuais condenações de natureza financeira, que poderão ser caracterizados pelo juiz em sentença em caso de procedência da ação, além de estarem sujeitos à confirmação pelas demais instâncias judiciais, devendo ser liquidados e quantificados em momentos oportunos, não estando necessariamente vinculados ao valor dado à causa.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, constituída de acordo com o IAS 37/CPC 25, é suficiente para cobrir eventuais perdas.

Contingências classificadas com probabilidade de perda “provável” **Movimentações em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	163	156
Adições	-	7
Baixas	(163)	-
Saldo final	<u>-</u>	<u>163</u>

Contingências classificadas com probabilidade “possível”

A Companhia discute temas que, na opinião de seus assessores legais, têm a probabilidade classificada como “possível” e, conseqüentemente, não há provisionamento de valores.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor envolvido estimado para todas as ações judiciais e administrativas é de R\$ 343.701 (R\$ 309.493 em 31 de dezembro de 2024), tais como: processos trabalhistas envolvendo contratação de empresas terceirizadas e a Companhia figurada no polo passivo como litisconsorte, além de eventual possibilidade de condenação solidária ou subsidiária, regulatórios, fiscais e ambientais.

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 - (12 meses)

	<u>Saldo em 31/12/2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 31/12/2025</u>
Cíveis e outras (i)	227.870	32.013	(16.182)	243.701
Tributárias (ii)	79.929	18.872	-	98.801
Trabalhistas (iii)	1.694	407	(902)	1.199
Total	<u>309.493</u>	<u>51.292</u>	<u>(17.084)</u>	<u>343.701</u>

Movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 – (12 meses)

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Cíveis e outras (i)	197.190	33.849	(3.169)	227.870
Tributárias (ii)	75.881	4.048	-	79.929
Trabalhistas (iii)	1.760	553	(619)	1.694
Total	274.831	38.450	(3.788)	309.493

(i) Cíveis

Os processos mais relevantes são: (i) Uma ação ajuizada contra a Sinop Energia pela empresa responsável da construção da hidrelétrica, na qual se discute a responsabilidade contratual decorrente da rescisão do contrato de construção da Usina, no montante atualizado de R\$ 174.105; e (ii) Uma Ação Civil Pública na qual o MPF solicita a revisão do pagamento da indenização de assentados do PA (“Programa de Assentamento”) Wesley Manoel dos Santos, no montante atualizado de R\$ 46.605.

(ii) Tributárias

a) Município de Itaúba

O município de Itaúba instaurou processo administrativo fiscal que concluiu pela existência de débito da Sinop Energia no montante atualizado no valor de R\$ 17.935, relativo a Imposto Sobre Serviços, supostamente recolhido a menor no âmbito do contrato de empreitada celebrado entre a Sinop Energia e a construtora empreiteira.

Em razão desse processo administrativo, a Sinop Energia propôs ação ordinária contra a autuação, defendendo a ilegalidade da cobrança em razão de o cálculo ter sido feito pelo município sobre valores de insumos - que não constituem base de cálculo para o tributo, porque não são serviços - além de serviços que, conquanto sujeitos ao ISSQN, foram prestados em outros municípios, para os quais foram recolhidos os impostos.

Após o encerramento do processo administrativo fiscal, o Município ingressou com ação de execução fiscal e a Sinop Energia apresentou sua defesa, tendo contratado seguro garantia judicial, o qual garante o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendendo o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais. Processo concluso para saneamento desde 19 de abril de 2021.

Em março de 2025, a Companhia obteve a sentença favorável, declarando a nulidade do Auto de Infração 01/ISSQN/PMI/2018, bem como condenando o município ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor do proveito econômico (CDA), o Município entrou com recurso. O TJMT, em reexame necessário, anulou a sentença que havia sido favorável para a Sinop Energia, mantendo válido o débito fiscal. A Sinop Energia apresentou embargos de declaração do acórdão do TJMT e aguarda julgamento do recurso.

b) Município de Cláudia

O município de Cláudia instaurou processo administrativo fiscal que concluiu pela existência de débito da Sinop Energia no montante atualizado de R\$ 62.359, relativo a Imposto Sobre Serviços, supostamente recolhido a menor no âmbito do contrato de empreitada celebrado entre a Sinop Energia e a construtora empreiteira.

Em razão desse processo administrativo, a Sinop Energia propôs ação ordinária contra a autuação, defendendo a ilegalidade da cobrança em razão de o cálculo ter sido feito pelo município sobre valores de insumos - que não constituem base de cálculo para o tributo, porque não são serviços - além de serviços que, conquanto sujeitos ao ISSQN, foram prestados em outros municípios, para os quais foram recolhidos os impostos.

Após o encerramento do processo administrativo fiscal, o Município ingressou com ação de execução fiscal e a Sinop Energia apresentou sua defesa, tendo contratado seguro garantia judicial, o qual garante o pagamento do valor total do débito em discussão, nele compreendendo o principal, multas, juros, atualização monetária e acréscimos legais. Processo aguardando a conclusão da perícia técnica.

Para ambos os processos tributários, a Companhia argumenta em sua defesa a ausência do termo de inscrição e da notificação do contribuinte, à luz da Lei de Execuções Fiscais, assim como a ofensa ao princípio da legalidade e publicidade, uma vez que a inscrição é ato do processo administrativo tributário, intrínseco a legalidade e elementar ao contraditório de todo processo.

c) Receita Federal do Brasil

Multa em face da apresentação da ECF com informações inexatas, incorretas ou omitidas nos anos de 2017 e 2018. A Companhia impugnou administrativamente, pleiteando o cancelamento integral do lançamento tributário que

formalizou a exigência de multa regulamentar. A impugnação não foi acolhida e em março de 2023 a Companhia apresentou recurso voluntário ao CARF.

Para este processo tributário, a Companhia argumenta: (i) presença de efeito confiscatório na imposição da penalidade, passível de aferição tanto na Lei como na aplicação da mesma por parte da autoridade fiscal; (ii) erro de critério jurídico na aplicação da penalidade; (iii) indevida aplicação da penalidade aos casos em que a conduta do contribuinte já tem outra penalidade específica aplicável; e (iv) incorreta duplicidade de aplicação da penalidade, caracterizada pela sua dupla incidência sobre os mesmos fatos na esfera de tributos distintos.

O recurso foi parcialmente provido pelo CARF para determinar que multa aplicada seja incidente apenas sobre incorreções constada no e-lalur.

Já considerando o provimento parcial do recurso, a Companhia entende que o risco do processo é possível e o valor atualizado é de R\$ 16.927. O processo administrativo ainda está em trâmite e aguarda o julgamento do recurso especial da Sinop Energia contra a decisão no CARF, no qual se requer a anulação total da multa.

(iii) **Trabalhistas**

As contingências trabalhistas de maior relevância avaliadas pela Companhia estão relacionadas ao reconhecimento de vínculo empregatício, verbas rescisórias e seus reflexos, horas extraordinárias e seus reflexos, horas *in itinere*, indenização por dano moral decorrente do pagamento incorreto das verbas rescisórias e multas dos artigos 467 e 477 da CLT.

24 **Patrimônio líquido**

A Companhia elaborou e está apresentando abaixo, em conformidade com o Estatuto Social e o Acordo de Acionistas vigentes, que estabelecem as diretrizes para a gestão e distribuição dos resultados.

Capital social e absorção dos prejuízos acumulados

Em 28 de outubro de 2024, foi realizada uma Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), a qual deliberou sobre a redução do capital social, sem cancelamento de ações, para absorção da totalidade dos prejuízos acumulados e com a consequente alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social. Em conformidade com essa AGE, em 31 de dezembro de 2025 o valor total de capital social integralizado é de R\$ 1.304.241 (R\$ 1.304.241, em 31 de dezembro de 2024), que compreende 2.234.136 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 2.234.136 (R\$ 2.234.136, em 31 de dezembro de 2024), até o limite de 2.234.136.000 ações ordinárias.

A estrutura societária da Companhia, em quantidade de ações (mil), está assim representada, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Acionistas	Autorizado	Participação
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	547.363	24,5%
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco CHESF	547.363	24,5%
EDF Brasil Holding S.A.	1.139.410	51,0%
	2.234.136	100,0%

Resultado líquido por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	2025	2024
Lucro atribuído aos detentores de ações ordinárias	64.833	50.833
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	2.234.136	2.234.136
Lucro por ação (básico) - R\$	0,02902	0,02275
Lucro por ação (diluído) - R\$	0,02902	0,02275

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o resultado por ação diluído representa o mesmo montante que o básico, uma vez que a Companhia não possui instrumentos diluidores emitidos nestes períodos.

25 Receitas líquidas com vendas de energia elétrica

	2025	2024
Receitas com vendas de energia - ACR	394.112	376.975
Receitas com vendas de energia – ACL (i)	34.260	33.791
Receitas com vendas de energia – CCEE (ii)	5.000	1.304
COFINS sobre venda de energia elétrica	(32.936)	(33.129)
PIS sobre venda de energia elétrica	(7.150)	(7.192)
Encargos setoriais	(17.082)	(13.407)
	376.204	358.342

- (i) As receitas com vendas de energia ACL representam operações de venda de energia com acionistas e comercializadora; e
- (ii) Receita junto a CCEE diante da melhoria da hidrologia e da recuperação do Fator de Indisponibilidade (FID) no balanço energético.

26 Custos operacionais

	2025	2024
Depreciações e amortizações	(81.644)	(74.535)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(57.555)	(54.990)
Energia elétrica comprada para revenda	(50.386)	(48.181)
Seguro do risco hidrológico	(28.272)	(16.969)
Serviços de terceiros	(17.592)	(18.308)
Outros (seguros, taxas regulatórias, materiais etc.)	(3.825)	(3.333)
Pessoal, encargos e benefícios	(3.300)	(2.982)
(-) Créditos de Pis e Cofins sobre depreciações e amortizações	10.174	9.451
	(232.400)	(209.847)

27 Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Pessoal, encargos e benefícios	(7.715)	(7.249)
Serviços de terceiros	(2.009)	(3.015)
Outros (Arrendamentos, Materiais, Despesas, Passagens e Litígios)	(1.496)	(1.455)
Depreciações e amortizações	(472)	(234)
(-) Créditos de Pis e Cofins sobre depreciações e amortizações	45	21
	(11.647)	(11.932)

28 Outras reversões/receitas operacionais

	2025	2024
Resultado líquido sobre baixa de imobilizado	(695)	-
PDD – Provisão para Devedores Duvidosos (i)	(12.520)	-
Receita com indenização securitária (ii)	15.411	-
Reversão da provisão dos contratos onerosos	18.181	19.672
	20.377	19.672

(i) A Administração reconheceu, no quarto trimestre, como perda provável o valor a receber em razão de inadimplemento contratual por parte da comercializadora de energia, devido à deterioração da capacidade financeira da referida empresa. O saldo baixado refere-se ao fornecimento/liquidação de energia no âmbito do Ambiente de Contratação Livre – ACL, nota explicativa 10 (i.c); e

(ii) Vide notas 2 e 12(iii).

29 Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	25.096	21.575
Atualizações monetárias	1.842	9.900
Outras receitas financeiras	78	13
Subtotal	27.016	31.488
Despesas financeiras		
Encargos sobre os financiamentos BNDES e Debêntures	(160.299)	(146.747)
Atualizações monetárias	(4.540)	(2.976)
AVP	(1.402)	(3.091)
Outras despesas financeiras	(564)	(1.236)
Juros pagos	(722)	(436)
Subtotal	(167.527)	(154.486)
	(140.511)	(122.998)

30 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía transações com partes relacionadas, entre elas, seus administradores e controladores.

Os administradores da Companhia são os membros do Conselho de Administração, devidamente eleitos em Assembleia Geral, e, ainda, os diretores estatutários eleitos pelo Conselho de Administração.

Os controladores da Companhia são: EDF Brasil Holding S.A. (EDF), a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (ELETRONORTE) Controladores diretos; a Electricité de France International (EDFI) e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS) Controladores indiretos.

A EDF Norte Fluminense Serviços e Projetos em Geração de Energia Ltda (EDF Serviços) é subsidiária integral do controlador da EDF Holding Brasil S.A.

Saldos com partes relacionadas

	2025			2024		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
ELETRONORTE						
Venda de energia elétrica (i)	544	-	6.194	517	-	5.941
EUST (ii)	-	335	(3.781)	-	294	(3.903)
	544	335	2.413	517	294	2.038
CHESF						
Venda de energia elétrica (i)	544	-	6.194	517	-	5.941
EUST (ii)	-	438	(5.775)	-	514	(6.295)
	544	438	419	517	514	(354)
CGT						
ELETROSUL						
EUST (ii)	-	199	(2.361)	-	196	(2.298)
	-	199	(2.361)	-	196	(2.298)
ELETROBRAS						
EUST (ii)	-	547	(6.534)	-	528	(6.557)
	-	547	(6.534)	-	528	(6.557)
EDF SERVIÇOS						
Serviços (iii)	-	845	(10.196)	-	30	(9.204)
	-	845	(10.196)	-	30	(9.204)
TOTAL	1.088	2.364	(16.259)	1.034	1.562	(16.375)

- (iv) Energia elétrica vendida no ACL, com vencimento no dia 10 (dez) do mês subsequente e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota Explicativa nº 10(i).
- (i) Encargos pelo Uso do Sistema de Transmissão, com vencimentos nos dias 15 (quinze) e 25 (vinte e cinco) do mês subsequente e dia 5 (cinco) do segundo mês subsequente e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota Explicativa nº 17 (iii).
- (ii) Prestação de serviços de operação e manutenção da UHE Sinop e instalações associadas, com vencimento trimestral e no caso de atraso incorre atualizações, multas e juros. Nota explicativa nº 17 (iv).

Remuneração da Administração

De acordo com o art. 17º do Estatuto Social da Companhia, compete à Assembleia Geral de Acionistas definir a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal. A remuneração global da Administração e dos membros do Conselho Fiscal foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 11 de abril de 2025.

	2025	2024
Remuneração da diretoria	(1.356)	(1.198)
Encargos trabalhistas e sociais dos diretores	(271)	(392)
Benefícios dos diretores (i)	(337)	(404)
Remuneração dos Conselheiros	(468)	(449)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	(335)	(201)
	(2.767)	(2.644)

(i) Compostos por assistência médica, seguros entre outros.

31 Gestão de riscos dos instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não mantinha contrato envolvendo operações com instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros não derivativos estão representados pelas rubricas “Caixa e equivalentes de caixa”, “Contas a receber”, “Fundos vinculados”, “Fornecedores” e demais passivos financeiros.

Estimativa do valor justo

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui em seus registros instrumentos financeiros ao valor justo.

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros, como por exemplo, os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores estão registrados à custo amortizado, e, representam uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e títulos e valores mobiliários	8 e 9	67.938	99.364
Contas a receber	10	47.016	66.099
Fundos vinculados	13	147.602	137.656
		262.556	303.119
Fornecedores e prov. socioambientais	17 e 21	100.087	93.622
Contratos onerosos	22	-	16.779
Encargos setoriais		6.786	6.024
Provisões para contingências	23	-	163
Uso do Bem Público	20	33.412	34.153
Empréstimos e financiamentos	18	1.086.264	1.104.034
Debêntures	19	285.544	297.477
		1.512.093	1.552.252

Gestão de riscos

A Companhia encontra-se em fase operacional, e os riscos inerentes à sua fase atual podem ser assim identificados:

Gestão de gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de buscar uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido	24	1.392.436	1.343.001
Ativo total		<u>2.926.711</u>	<u>2.913.350</u>
Índice de capital próprio		0,48	0,46
Passivo total		1.534.275	1.570.349
Ativo total		<u>2.926.711</u>	<u>2.913.350</u>
Índice de capital de terceiros		0,52	0,54
Dívida bruta	18 e 19	1.371.808	1.401.511
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	8 e 9	(67.938)	(99.364)
Dívida líquida		1.303.870	1.302.147
Patrimônio líquido	24	<u>1.392.436</u>	<u>1.343.001</u>
Endividamento em relação ao patrimônio líquido		0,94	0,97

Risco de crédito

A Administração tem política de gestão financeira que limita determinadas exposições ao risco de crédito e cuja exposição é monitorada individual e coletivamente, levando em consideração a solidez financeira da contraparte. A Administração também se utiliza de conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia mantém suas aplicações financeiras concentradas nos Bancos Bradesco e Itaú.

Não há valores mínimos ou máximos para movimentação e permanência nem há carência para o resgate (Nota Explicativa nº 8 e 9).

Não é identificado, no momento, nenhum indício de *impairment* na sua carteira de ativos exposta ao risco de crédito, representada substancialmente pelos numerários mantidos com instituições financeiras (Nota Explicativa nº 8 e 9).

Risco de preço

As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão e contratos CCEARs, reajustadas anualmente pela variação do IPCA.

Risco de taxa de juros

A Companhia está limitada aos efeitos da volatilidade de indexadores de preços e moeda no seu fluxo de caixa esperado, uma vez que, aproximadamente, 71% (71% em 31 de dezembro de 2024) de suas obrigações, representados pelo financiamento com o BNDES, estão atrelados ao índice da TJLP e 100% das suas receitas oriundas dos contratos de venda de energia futura estão comercializados no Ambiente de Comercialização Regulado e Livre são atreladas ao IPCA.

No que tange ao risco de taxas de juros de seus contratos de financiamento, a Companhia contratou os empréstimos para financiamento do projeto com as seguintes condições:

- Financiamento BNDES: prazo de 20 (vinte) anos, com os juros baseados na TJLP + 2,88% a.a.
- 2ª emissão de debêntures: prazo de 14 (quatorze) anos, com os juros baseados no IPCA + 7,9461% a.a.

- As condições desses financiamentos estão atreladas a juros prefixados, tornando o passivo financeiro da Companhia pouco exposto às oscilações (volatilidade) de taxas de juros de mercado.

Risco de degradação do Índice de Disponibilidade e Risco Hidrológico

A Companhia está exposta ao risco de degradação do Índice de Disponibilidade (ID) e consequentemente no Fator de Disponibilidade (FID) relacionado a possíveis paradas de suas Unidades Geradoras (UG1) e (UG2). Adicionalmente, as variações hidrológicas ocorridas no país, também impactam diretamente o Fator de Ajuste GSF_{MRE}, refletindo na contabilização mensal efetuada pela CCEE.

Ambos os fatores, compõem os cálculos de exposição da Companhia, e em casos de não atendimento dos contratos já formalizados de venda no ACR e ACL, se faz necessária a compra de energia pelo PLD na liquidação financeira calculada pela CCEE ou a compra de energia convencional no mercado.

A área técnica, juntamente com o Comitê de Comercialização, o qual conta com representantes das acionistas está constantemente avaliando e atuando para identificar as melhores oportunidades de operações de compras favoráveis a Companhia.

Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a cláusula contratual restritiva (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures é monitorada regularmente pela tesouraria e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato venha sendo cumprido. Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração.

A Companhia vem honrando todos os seus compromissos assumidos e com expectativa de honrar todos os seus futuros compromissos.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem os valores de juros contratuais.

31 de dezembro de 2025								
Passivos financeiros não derivativos	Nota	Valor contábil	Fluxo contratual	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores, encargos setoriais		42.971	45.655	37.980	-	7.675	-	-
Empréstimos e financiamentos	18	1.086.264	1.785.581	71.423	71.423	285.693	285.693	1.071.349
Debêntures	19	285.544	418.305	43.967	10.501	126.098	126.306	111.433
		<u>1.414.779</u>	<u>2.249.541</u>	<u>153.370</u>	<u>81.924</u>	<u>419.466</u>	<u>411.999</u>	<u>1.182.782</u>
31 de dezembro de 2024								

Passivos financeiros não derivativos	Nota	Valor contábil	Fluxo contratual	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores, encargos setoriais		28.043	28.612	23.935	-	4.677	-	-
Empréstimos e financiamentos	18	1.104.034	1.880.552	69.650	69.650	278.600	278.600	1.184.052
Debêntures	19	297.477	459.353	36.998	11.484	113.779	123.722	173.370
		1.429.554	2.368.517	130.583	81.134	397.056	402.322	1.357.422

Não é esperado que os fluxos de caixa incluído na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou com valores diferentes dos indicados acima.

Análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos financeiros

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação da TJLP, índice de reajuste do contrato de financiamento perante o BNDES.

O CPC 40 (R1) dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas, ao qual a Companhia está exposta, com as instituições financeiras na data-base de 31 de dezembro de 2025, foram definidos três cenários diferentes, considerando as projeções de longo prazo para as taxas de CDI, TJLP e IPCA divulgadas pelo Banco Bradesco, e foram definidos os cenários prováveis para os próximos 12 meses e, a partir daí, calculadas variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Para cada cenário, foram calculadas as receitas e despesas financeiras brutas, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2025. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2025, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade destes em cada cenário.

	Cenário I <i>Provável</i>	Risco na apreciação		Risco na depreciação	
		Cenário II 25%	Cenário III 50%	Cenário II (25%)	Cenário III (50%)
Ativos					
Fundos de investimentos (i)					
135.147		Carteira de fundos		Carteira de fundos	
	135.147	158.764	163.487	120.977	125.700
Receita financeira projetada	18.894	23.617	28.340	14.170	9.447
Taxa de juros	13,98%	17,48%	20,97%	10,49%	6,99%
Variação - R\$		4.723	9.447	(4.723)	(9.447)
Aplicações CDI (ii)					
30.708		Aumento do CDI		Redução do CDI	
	30.708	34.872	35.705	28.210	29.042
Receita financeira projetada	3.331	4.164	4.997	2.498	1.666
Taxa de juros	10,85%	13,56%	16,27%	8,14%	5,42%
Variação - R\$		833	1.666	(833)	(1.666)
Passivos					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (a)					
1.099.953		Aumento da TJLP		Redução da TJLP	
	1.099.953	1.223.010	1.247.622	1.026.119	1.050.730
Despesa financeira projetada	98.446	123.057	147.669	73.834	49.223
Taxa de juros	8,95%	11,19%	13,43%	6,71%	4,48%
Variação - R\$		24.611	49.223	(24.611)	(49.223)

<u>Debêntures (b)</u>					
291.216		<i>Aumento do IPCA</i>		<i>Redução do IPCA</i>	
	291.216	305.959	308.907	282.370	285.319
Despesa financeira projetada	11.794	14.743	17.691	8.846	5.897
Taxa de juros	4,05%	5,06%	6,08%	3,04%	2,03%
Variação - R\$		2.949	5.897	(2.949)	(5.897)
<u>(i) Fundos de investimentos</u>					
Aplicação em carteira de fundos				135.147	
Conta centralizadora				12.455	
Total dos saldos vinculados - Nota Explicativa nº 13				147.602	
<u>(ii) Aplicações CDI</u>					
Aplicação em CDI				30.708	
Aplicação automática				35.158	
Total das aplicações no Banco do Brasil, Bradesco e Itaú - Nota Explicativa nº 8 e 9.				65.866	
Composição dos saldos		BNDES (a)		Debêntures (b)	
Nota Explicativa		18		19	
Total do Passivo		1.086.264		285.544	
Custo da transação		13.689		5.672	
Saldo da dívida		1.099.953		291.216	
Premissas (média entre 2025 e 2026)					
Carteira de fundos – Ativos		a.a.		13,98%	
CDI - Ativos		a.a.		13,40%	
TJLP - Passivos		a.a.		8,95%	
IPCA - Passivos		a.a.		4,05%	

32 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui o montante de R\$ 65.135 (R\$ 102.268 em 31 de dezembro de 2024) de compromissos assumidos.

	31/12/2025	31/12/2024
Operação e manutenção da usina (i)	50.296	62.354
Assessorias, consultorias e auditorias (ii)	9.147	9.082
Outros (iii)	5.692	5.459
Aquisição de energia elétrica	-	25.373
Total	65.135	102.268

- (i) Substancialmente, a Companhia mantém o contrato de O&M (R\$ 23 milhões) com vigência até abril de 2029 e o contrato de conexão com sistema de transmissão (R\$ 16 milhões) vigente até o final do contrato de concessão, entre outros compromissos tais como, manutenção de bombas, segurança, telecomunicações etc.
- (ii) Substancialmente, refere-se aos contratos de honorários advocatícios para defesa dos litígios junto a empreiteira e ações ambientais.
- (iii) Substancialmente, refere-se a compromissos ambientais referentes ao Sistema de Transposição de Peixes, supersaturação gasosa, monitoramento hidrológico, custos administrativos tais como plano de saúde, serviços de conservação e limpeza e assessoria financeira.

33 Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2 / IAS 7. Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a

Companhia adquiriu bens do ativo imobilizado, dos quais uma parte são itens não caixa relativos à aquisição de imobilizado. A conciliação encontra-se demonstrada no quadro a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Aquisição de bens do ativo imobilizado (nota explicativa nº 15)	29.413	39.004
(Adições de imobilizado que não tiveram efeito caixa – provisões socioambientais) /	-	(22.494)
pagamentos de imobilizados adicionados nos períodos anteriores		
Adições de imobilizado que não tiveram efeito caixa (fornecedores) (i)	1.602	(2.673)
Reversão (provisão) que não tiveram efeito caixa		(212)
Aumento de imobilizado com efeito caixa	31.015	13.625
 (i) Efeito não caixa em fornecedores:		
Variação do passivo de fornecedores	(14.329)	(2.610)
Variação de fornecedores contra imobilizado que não tiveram efeito caixa	<u>(1.602)</u>	<u>(2.673)</u>
(Redução) aumento em fornecedores (DFC)	(15.931)	(5.283)

* * *

Sergio Carvalho Aguiar
Diretor administrativo e financeiro e
Diretor de relações com investidores

Alessandro Camilo da Silva
Contador – CRC MT 005078-0/9